

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E DOIS** -----

----- No dia 8 de Março de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João de Deus Gomes Pires, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José Dimas Bernardes Salsinha, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa

Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Sintra, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, António Marques Barbacena, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, João Manuel Estrompa de Almeida, Maria Carolina Mealha Tito de Morais Pereira de Oliveira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Deolinda Carvalho Machado, João Jofre da Fonseca Costa, João Pedro Saldanha Serra, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José Maria Valente, Manuel Albino Rodrigues, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, João Gordo Martins, Filipe Manuel Nunes Beirão. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Barbacena. -----

----- António Tavares (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Filipe Beirão. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Carolina Tito de Morais . -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Fonte. -----

----- Foi justificada a falta e admitida a substituição do seguinte Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou a falta o seguinte Deputado Municipal: -----

----- Manuel Albino Rodrigues (PS) relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Sra. D. Maria de Fátima da Silva Mateus Silvestre**, moradora na Rua Raul Mesnier Du Ponsard, 8 – 1º esqº 1750-243 Lisboa, disse que o seu marido tem a doença de Parkinson e não tem ninguém que olhe por ele a não ser ela própria, também uma pessoa de idade e muito doente. O que pediu já várias vezes à Câmara e voltava agora a pedir, era que a transferissem da casa onde mora para uma casa próximo dos seus familiares, concretamente já pediu na GEBALIS para ir para o n.º 93 da Estrada do Lumiar, que tinha o rés-do-chão e o 1º andar vagos, para que

efectivamente pudesse ter ajuda dos familiares para tratar do seu marido, também eles inquietos da Câmara. -----

----- Infelizmente o seu marido estava cada vez pior, arrastava-se na cama como se fosse uma cobra e ela não tinha forças para o ajudar, pelo que pedia que tivessem pena e a ajudassem a resolver o problema, que era efectivamente grave. -----

----- O seu marido tem a mesma doença do Papa, de quem tinha muita pena também por isso, só que o Papa tinha muita gente a apoiá-lo e o seu marido não tinha uma única pessoa que lhe desse apoio a não ser ela própria. -----

----- Terminou referindo que tinha entregue hoje mesmo um documento à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que lhe prometeu que ia estudar a situação, porque aquilo não era viver. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Câmara já tinha esse documento e iria com certeza analisar a situação, mas pedia-lhe que fosse à Mesa dar mais alguns elementos para que a Assembleia pudesse agir junto da Câmara com a finalidade de ajudar a resolver o problema. -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes de Goes de Saldanha da Gama**, moradora na Rua D. Estefânia 112 – 2º dtº 1000-158 Lisboa, disse que a situação degradada do prédio onde mora tem vindo a ser acompanhada pela Câmara (processo 70/IC/04), e a última medida foi a afixação de um edital no exterior do prédio, no dia 26 de Julho, assinado pela Engª Marta Cardoso, mas já dois editais tinham sido afixados no interior, e davam um prazo de 10 dias para a execução das obras, referindo-se que o processo era conducente à posse administrativa. -----

----- Já em 26 de Abril de 2004 a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão concordara com a instalação noutra foga enquanto durassem as obras e a Engª Marta Cardoso, em 29 de Março de 2004, também concordou. Isto porque considerava que deveria ser interdito o uso da cozinha, sem lhe dar qualquer outra alternativa. -----

----- Os engenheiros da Câmara e os relatórios dos bombeiros, em 2003, consideravam as obras da máxima urgência, e a Engª Célia Mota informara-a, em Outubro de 2004, que estava a ser dada continuidade ao processo tendente à posse administrativa. -----

----- O inverno tem sido calmo, infelizmente, mas talvez por isso ainda ali estava, porque, de facto, a situação de degradação era de tal ordem que já pensara em levar ao prédio uma cadeia televisiva, o que só não fez porque havia dois restaurantes no prédio, um deles uma conhecidíssima cervejaria, e todos os clientes debandariam se soubessem o risco que corriam. As rendas já estavam depositadas na Caixa Geral de Depósitos há mais de uma década. -----

----- Disse, ainda, que quando ia à Rua dos Machadinhos esbarrava com um atendimento que lhe dizia que o processo estava a decorrer, o que era vago para quem vivia numa casa onde nem sequer poderia ir à cozinha, mas efectivamente tinha que ir porque tinha duas netas a viver consigo e era preciso confeccionar as refeições. Tinha ténias na ombreira, enfim, tudo isso numa zona lindíssima de Lisboa, às portas do Arco do Cego! -----

----- Concluiu dizendo que esperava que alguém de direito desbloqueasse esse processo. -----

----- **O Sr. Artur do Patrocínio Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, lote 7 – 1º B 1350-410 Lisboa, pediu ao Sr. Presidente o favor de mandar ler a sua exposição porque sendo invisual o não podia fazer, tendo então a Sra. Segunda Secretária procedido à sua leitura: -----

----- “Em Novembro de 2003, nesta mesma Sala, a Senhora Vereadora Helena Lopes, informou os Senhores Deputados que o Gimnodesportivo na Avenida de Ceuta Norte estaria pronto em Março de 2004. Como nessa data nada tivesse sido feito, fomos à carga e em Outubro de 2004 o responsável da Câmara pela área do desporto escreveu-me informando que, por motivos diversos, o Gimnodesportivo iria ficar pronto em Março de 2005. -----

----- Chegados a Março de 2005 no terreno onde devia estar o que fora prometido não há quaisquer vestígios de início de qualquer obra, quanto mais estar pronto o Gimnodesportivo, estando o terreno vedado com rede e tapado com ráfia. -----

----- Como havemos de classificar estes senhores e senhoras que fazem constar que prestam serviço público? Que respeito revelam pelos munícipes, pelos cidadãos? Mentem descaradamente e o que foi feito pela luta dos moradores, é desviado de uma ou de outra forma dos objectivos anunciados. Como se pode entender que a piscina, aberta por pressão dos moradores, não esteja orientada principalmente para ser utilizada pelas crianças do bairro, sendo imposta vergonhosamente uma selecção económica? De facto, se as crianças pagavam 95 cêntimos por cada hora que se serviam da piscina agora, desde Janeiro, têm de pagar 1,95 euros, mais de cem por cento de aumento! Como pode isto ter explicação se não por violação dos critérios democráticos de utilização de um equipamento público? Se não para travar, pelo exorbitância do preço, a utilização da piscina pelos miúdos do bairro? Será que eles incomodam as pessoas que usam a piscina vindas de toda a parte menos do bairro? ----

----- De qualquer modo o aumento superior a 100% é altamente especulativo e deve ser denunciado politicamente, sujeito a inquérito administrativo e eventualmente investigado judicialmente. Cerca de 400 escudos para utilizar a piscina é um roubo e principalmente é inoportável pela maioria dos moradores do bairro e ainda mais para uma utilização habitual. Esta situação exige uma explicação formal e exige que os Senhores Deputados se pronunciem desde já sobre ela. -----

----- Que gente é esta que mente sem pudor, que usa os equipamentos desta forma condenável e que não cumpre o prometido mantendo um bairro inteiro suspenso de promessas com que jogam política e eleitoralmente, afirmando que já há recintos para desporto na Quinta do Loureiro, Avenida de Ceuta Norte? -----

----- Os moradores precisam de equipamentos para fazerem ginástica, de manutenção e não só. -----

----- Eu, com os meus 69 anos se quero fazer ginástica de manutenção tenho que a fazer, como faço desde Setembro, ao ar livre na rua, com o frio intenso que tem estado, sujeito a apanhar uma pneumonia e apanhando mesmo uma gripe que ainda estou a tratar, pelo que tive de parar em Fevereiro. -----

----- Também o parque infantil se ficou nas promessas demagógicas. -----

----- Mas nem sequer é dada a resposta rotineira aos problemas de todos os dias: os buracos nos passeios em vez de serem tapados alargam-se sendo autênticas armadilhas para os idosos que nem sequer podem contar com os corrimãos onde fazem falta e têm sido solicitados, nem há multibanco, nem uma farmácia, nem um talho, nem uma peixaria, nem um balcão dos correios. Mantém-se o critério reaccionário da CML: para quem é bacalhau basta. Estão enganados. A nossa luta não pára enquanto não tivermos o Gimnodesportivo e tudo aquilo a que temos direito, nomeadamente o que foi prometido e não cumprido. Eles mentem, eles perdem. O povo sabe fazer justiça.” -----

----- **A Sra. D. Maria da Conceição Sequeira de Miranda**, moradora na Rua Tomás da Anunciação, 26 – 1º esqº 1350-327, falando em nome de sua mãe, D. Idalina Rosário de Barros Miranda, disse que o processo referente ao prédio n.º 26 onde mora a sua mãe já vinha desde 1994. Houve um incêndio no andar de cima, os bombeiros foram chamados e o fogo ficou muito lesado porque houve inundações, perdeu um cachorro de estimação e tiveram que acudi-la porque não deu conta do incêndio. -----

----- O caso foi entregue à Câmara e a proprietária foi intimada a fazer obras, mas ela não acabou as obras, apenas as fez nos sítios que eram benéficos para ela, tais como casa de banho, cozinha e marquise. Não acabou as obras e nunca lá apareceu nenhum fiscal para ver o andamento e a conclusão das mesmas. -----

----- Posteriormente fizeram-se várias vistorias, os pareceres foram sempre os mesmos, a casa não estava em condições de habitabilidade, vivia lá uma senhora de quase 90 anos, a casa tem estado a degradar-se ao ponto do chão ter buracos onde acabara por cair lá uma criança de 9 anos que só não se aleijara porque o pai estava ao lado e teve tempo de a agarrar. -----

----- A idosa estava extremamente fragilizada porque a proprietária do prédio ameaçava constantemente pô-la na rua dizendo que não tinha problemas nenhuns com isso já que tinha a Câmara Municipal de Lisboa na palma das mãos. Era uma vergonha o que essa senhora dizia, poderia pelo menos ser um bocadinho mais discreta, mas não era! Tinha como advogada a filha, o que era conveniente.-----

----- Disse, depois, que dos pareceres dos técnicos que lá foram – e já foram muitos – o da EDP dizia que a instalação eléctrica estava muito perigosa. Aliás, ela própria já tinha assistido muitas vezes a que quando chovia as lâmpadas explodiam, nem sequer se podia ligar o aquecedor nestes dias de frio o que não era maneira de se tratar uma idosa. -----

----- Alguma coisa travava esta questão! Havia uma vistoria, a senhoria com certeza era intimada a fazer as obras e depois pura e simplesmente o processo parava. Fazia-se nova vistoria a que se seguia nova intimação e o processo continuava parado. A senhoria já disse à sua mãe que se preparassem porque iam as duas para a rua. Ela vivia no Algarve e teve que abandonar o seu trabalho e a sua vida toda para vir para Lisboa viver com a sua mãe porque ela estava a correr perigo de vida. -----

----- Portanto, a situação estava a tomar contornos absolutamente perigosos, que só podiam ter explicação por problemas de racismo, ou então andavam diabinhos à solta na Câmara Municipal de Lisboa, porque era impossível que a senhoria tivesse tanto

poder que conseguisse interromper as obras e dissesse que não tinha intenção de fazer mais, e inclusivamente a sua advogada lhe tivesse referido, em termos bastante incorrectos o que também era vergonhoso para a Ordem, que se ela tinha ido para lá viver com a sua mãe para a proteger, então que se preparasse para arranjar uma casa para si e outra para a sua mãe. -----

----- Proc. 256/OP/03 (vistoria em 7 de Janeiro de 2005), processo 1729/03 (arquivado pelo Dr. Santana Lopes). -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a exposição seria enviada à Câmara com pedido de informação sobre o assunto. -----

----- **O Sr. Paulo Morais**, morador na Rua Damião de Gois, 38 – 7º dtº 2700-227 Alformelos, Amadora, falando em nome do CESP – Sindicato dos Escritórios e Serviços de Portugal, disse que o CESP vinha à Assembleia Municipal de Lisboa manifestar a sua preocupação em relação ao futuro laboral dos trabalhadores afectos à gestão urbana do Parque das Nações, que desde o ano 2000 vinham sendo forçados a cessar os vínculos laborais com a Parque EXPO com ameaças de despedimentos colectivos caso não fossem aceites as rescisões por mútuo acordo, acrescido do aumento da precaridade das condições de trabalho cujo resultado era o desgaste físico e psicológico. -----

----- A partir de 2002, com a decisão de revogação para a constituição da Sociedade de Gestão Urbana, a Parque EXPO tem imposto aos trabalhadores a rescisão dos seus contratos com a possibilidade de ingressarem na EMEL ao abrigo de um acordo com a autarquia. -----

----- Contudo, queriam propor à Câmara o que lhes foi recusado pela Administração da Parque EXPO, uma reunião entre a Parque EXPO, a autarquia e o CESP para que se encontrasse uma solução que satisfizesse a todos. Os trabalhadores não excluía a possibilidade de ingressarem na EMEL, mas queriam ver salvaguardados alguns direitos que a muito conseguiram adquirir, tais como: o vencimento, a antiguidade e a efectividade na empresa. -----

----- O CESP continuava a afirmar que no Grupo Parque EXPO esses trabalhadores poderiam ser colocados noutras funções actualmente ocupadas por empregados de empresas externas de prestação de serviços, como era o caso dos parques de estacionamento e no Oceanário. -----

----- Ao assumir a gestão urbana do Parque das Nações a Câmara Municipal de Lisboa poderia necessitar de meios humanos naquele espaço, pelo que a questão que colocavam era que modelo de gestão iria ser implementado. -----

----- Mas o CESP fazia um apelo à Assembleia: que houvesse transparência na resolução deste problema, que a disponibilidade demonstrada pela Câmara Municipal de Lisboa na Moção aprovada, por unanimidade, no Executivo, não fosse apenas com a Parque EXPO, porque a autarquia, como accionista da Parque EXPO e na qual tinha um representante no Conselho de Administração, tinha a responsabilidade de encontrar uma solução para esses trabalhadores tomando medidas que garantissem as legítimas expectativas de segurança no emprego. -----

----- Por fim, disse que o CESP queria agradecer o notável empenhamento demonstrado pelos Srs. Vereadores e pelos Srs. Deputados Municipais que, por intermédio de moções, se têm preocupado com a manutenção dos postos de trabalho dessas pessoas. -----

----- **O Sr. José Marques**, morador na Rua Particular à Azinhaga da Fonte Velha, lote 1, 1600-567 Lisboa, falando em nome da Associação de Proprietários da Quinta do Olival, ao Passo do Lumiar, leu a seguinte exposição: -----

----- “Em nome da Associação de Proprietários da Quinta do Olival venho reclamar a colocação de um transporte público naquele Bairro. -----

----- O Bairro da Quinta do Olival situa-se na zona do Paço do Lumiar, é limitado pelo Cemitério de Carnide, aterro do Vale do Forno, Campo de Golfe e Campo de Ténis do Paço do Lumiar. -----

----- Durante alguns anos beneficiou de uma carreira regular de autocarros da Carris. Com o realojamento de pessoas de étnia cigana que habitavam nas antigas instalações dos paióis do Vale do Forno aquela carreira foi retirada. -----

----- Desesperados, os moradores da Quinta do Olival, reclamaram, de forma empenhada, junto das entidades competentes, a reposição daquela carreira ou de outro transporte público que os transportasse à estação do Metro mais próxima. -----

----- O apelo do moradores, sempre com o apoio e com o impulso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, fez-se ouvir tendo-lhes sido prometido o restabelecimento de uma carreira regular da Carris e, enquanto tal não se verificasse, a colocação de um transporte chamado LX Porta a Porta. -----

----- Efectivamente foi disponibilizado o LX Porta a Porta que muito agradou aos moradores da Quinta do Olival, sempre na expectativa de que se manteria até ao restabelecimento da carreira de autocarros da Carris. No entanto, inexplicavelmente, o LX Porta a Porta foi retirado e a carreira de autocarros da Carris ainda não foi restabelecida. -----

----- Outra questão que aflige a Associação de Proprietários da Quinta do Olival prende-se com o facto da Câmara Municipal de Lisboa não ter dado andamento ao processo de legalização das casas existentes naquele bairro, no âmbito da Lei 91/95, de 2 de Setembro, sendo certo que nos concelhos limítrofes os processos de legalização das AUGIs e estão a avançar a bom ritmo.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que se fariam diligências junto da Câmara e da Carris, entidades que tinham responsabilidade nos assuntos expostos. -----

----- Depois, terminada a intervenção do público, deu as seguintes informações: -----

----- Que para a comemoração deste dia, Dia Internacional da Mulher, a Assembleia iria distribuir flores a todas as mulheres, assim como também a todos os homens. -----

----- Que a Conferência de Representantes deliberou fazer a segunda reunião desta Sessão no dia 29 de Março, tendo em conta – e pediu a atenção da Sra. Presidente da Comissão de Acompanhamento do Referendo – a necessidade de preparar o processo para apresentar o processo para o Referendo à Assembleia Municipal. -----

----- Que no final do período de Antes da Ordem do Dia iam ser apresentadas duas publicações de Colóquios realizados pela Assembleia Municipal, um sobre a questão

da água e outro sobre planejar e viver. Essas publicações seriam apresentadas no Plenário, os Deputados Municipais lembravam-se com certeza da falta de condições para apresentação de publicações no espaço do bar, e portanto as intervenções seriam feitas em Plenário pelos Presidentes das Comissões, pelos Vereadores que têm responsabilidades nessas áreas, e, eventualmente, pelo Sr. Vice-Presidente ou pelo Sr. Presidente da Câmara, se estiver presente, a encerrar, havendo uma intervenção inicial da sua parte. Seguia-se depois um beberete no bar, a partir das 18 horas, sem interrupção da reunião. -----

----- Que foi distribuído um memorando da reunião que a Conferência da Assembleia Municipal realizou com o Presidente e o Secretário-Geral da UCCLA, na sequência da deliberação aprovada sobre as relações internacionais da Assembleia Municipal, no dia 4 de Janeiro passado. Pelo memorando veriam que a reunião foi extremamente positiva. -----

----- Que foi recebida uma carta da Associação de Turismo de Lisboa a dar a indicação que cinco operadores de turismo associados estavam interessados em acompanhar a eventual deslocação da Delegação da Assembleia a Pequim e a Macau, que era o último ponto da Ordem de Trabalhos desta Sessão. -----

----- Que foi também distribuído um memorando de um encontro entre 14 Deputados do Conselho Municipal de Seul, da República da Coreia do Sul, e a Mesa da Assembleia, realizado ontem nas instalações da Assembleia Municipal. Esses Deputados estavam de visita a Portugal, pediram uma reunião e debateram durante duas horas e meia os vários aspectos da estruturação autárquica em Portugal e na Coreia do Sul, e trocaram impressões verdadeiramente valiosas sobre as situações autárquicas nos dois países. -----

----- Que em relação à proposta da Valorsul foi recebida uma carta do Sindicato dos Trabalhadores do Município, que acreditava estar já distribuída. -----

----- Que foi recebida também uma exposição dos trabalhadores da Parque Expo relativa à proposta 20/2005, que pensa também ter sido já distribuída. -----

----- Dadas as informações, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Presidente** informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

MOÇÃO NÚMERO UM

----- Saudação e Compromisso -----

----- “Em 1910 foi proclamado o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem à luta das operárias têxteis de Chicago pela redução da jornada de trabalho e por direitos. -----

----- Hoje, em 8 de Março de 2005, apesar da igualdade das oportunidades estarem garantidas na Constituição e na Lei, as mulheres continuam a sofrer graves discriminações sobretudo nos últimos anos, consequência directa das políticas de direita praticadas e que tiveram como consequência para além da continuação das discriminações salariais, um aumento, como nunca assinalado, de desemprego sobretudo no sector têxtil; com a perseguição, prisão e julgamento de mulheres por

prática de aborto; com o agravamento das condições de vida e de saúde das mulheres idosas. -----

----- É por isso que hoje também é importante assinalar esta data como uma jornada de afirmação dos direitos das mulheres, uma jornada que em Portugal assinala 30 anos da sua primeira comemoração em liberdade. -----

----- O grupo de Deputados Municipais do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 8 de Março decida: -----

----- 1. A Assembleia Municipal de Lisboa órgão de soberania do poder local democrático da cidade, capital do país, assuma um papel relevante na promoção de princípios fundamentais da igualdade e dos direitos das mulheres, nomeadamente: ----

----- Garantia da autonomia económica das mulheres com acesso ao emprego em condições de igualdade; -----

----- Protecção da função social da maternidade-paternidade -----

----- Promoção da igualdade de direitos na vida familiar e direito à conciliação da vida profissional e familiar; -----

----- Criação de condições que permitam o reforço da participação social e política; ---

----- Promoção de medidas de prevenção e combate à discriminação e violência sobre as mulheres. -----

----- 2. Saudar as Mulheres Portuguesas pela coragem, persistência e capacidade de luta que têm demonstrado em defesa dos seus direitos e pela igualdade; -----

----- 3. Colocar aos Deputados na Assembleia da República a necessidade de adequar a actual legislação sobre as situações em que é permitida a interrupção voluntária da gravidez que obriga à existência de aborto clandestino e que ao mesmo tempo julga e humilha publicamente as mulheres acrescentando o direito de o fazerem nas primeiras doze semanas de forma segura e em meios hospitalares afim de que as gerações mais jovens possam ter filhos com alegria e por escolha consciente; -----

----- 4. Que esta saudação e compromisso, seja enviada aos órgãos de soberania, Presidente da República, Presidente da A.R., Primeiro-Ministro, Provedor de Justiça, Presidente do Supremo Tribunal e a todos os Grupos Parlamentares da A.R. -----

----- 5. Que esta saudação seja divulgada nos meios de comunicação social e publicitada em dois órgãos diários de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- - “Constatando-se um forte retrocesso no combate à Violência Doméstica e de Género, visto a estrutura que coordenava esta área de intervenção e trabalho ter deixado, no governo de Santana Lopes de estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros, o que lhe garantia a transversalidade e responsabilidade política de todo o governo. -----

----- - Constatando-se o enorme retrocesso no combate à Violência Doméstica e de Género, que em Portugal foi responsável por 47 mortes (apenas entre Janeiro e Novembro de 2004) e por ultrapassar os 20 mil pedidos de ajuda e de queixas nesse mesmo ano, o que representa um claro ataque aos Direitos Humanos das Mulheres

independentemente da idade, estatuto social, económico, posição na família, origem cultural e religião. -----

----- Constatando-se que aquela alteração contraria todas as orientações e normas internacionais, das Nações Unidas e da União Europeia sobre o combate à violência, pois todas recomendam que a coordenação do combate à Violência Doméstica e de Género deve estar ligada aos organismos que assumem as questões da política para a Igualdade e Direitos, nos diferentes países. -----

----- Constatando-se que a Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 2005, ainda no Governo PSD/CDS-PP criou uma estrutura denominada “Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica”, sob tutela do ministro com responsabilidades na área da Segurança Social, deixando de estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros e sendo incompreensíveis as contradições entre a Resolução do Conselho de Ministros que em 13 de Junho de 2003, aprovou o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que atribuía responsabilidades na coordenação e execução deste Plano à CIDM (Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres) e que com esta resolução os retirava. -----

----- O Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 8 de Março de 2005, decida: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade do Combate à Violência Doméstica nas mais diversificadas esferas da vida em sociedade; -----

----- 2. Que o novo governo reponha os apoios à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), que ultimamente não lhe permitiam prosseguir com os projectos de apoio às vítimas, inclusive as Casas de Abrigo: -----

----- 3. Exigir a revogação da Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 2005, fazendo regressar a tutela desta área à Presidência do Conselho de Ministros e aos organismos para a política da Igualdade, enquanto garantes da transversalidade e da responsabilidade política de todo o Governo. -----

----- 4. Exigir coerência em todas as políticas delineadas, repudiando contradições, como as que se verificam entre a Resolução do Conselho de Ministros que em 13 de Junho de 2003 aprovou o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, atribuindo responsabilidade à CIDM e que com esta Resolução de 6 de Janeiro de 2005 as retira e transitando-as para a Segurança Social; -----

----- 5. Dar conhecimento desta Moção à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- Proceder à divulgação desta Moção através dos meios ao serviço do Município e de 2 jornais de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Graça Mexia, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Recomendação -----

----- **Plano de Acção de erradicação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas no espaço público.** -----

----- “No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio é sublinhado que “o imperativo da progressiva eliminação das barreiras, designadamente urbanísticas e arquitectónicas, que permita às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade, criando condições para o exercício efectivo de uma cidadania plena, decorre de diversos preceitos da Constituição, quando proclama, designadamente, o princípio da igualdade, o direito à qualidade de vida, à educação, à cultura e ciência e à fruição e criação cultural e, em especial, quando consagra os direitos dos cidadãos com deficiência.”. -----

----- A mobilidade é um dos elementos mais determinantes no exercício da liberdade, da modernidade e do desenvolvimento técnico-científico. Ela é igualmente uma condição de igualdade de oportunidade dos cidadãos e de acessibilidade aos serviços de natureza social e colectivos mínimos (saúde, educação, justiça, etc.), bem como para a competitividade socio-económica dos territórios. -----

----- Para além de todos estes aspectos, a inexistência de condições de acessibilidade para todos – independentemente das suas características individuais e do carácter permanente ou temporário das respectivas dificuldades – representa necessariamente um factor de frustração e uma barreira à realização pessoal, que têm ainda associados custos humanos, familiares e sociais inaceitáveis, por serem na maioria das vezes facilmente ultrapassáveis. -----

----- Para o efeito, é um factor estruturante a satisfação do objectivo da acessibilidade universal, só possível a partir de um espaço urbano concebido para todos a partir da autonomia mínima e incapacidade máxima. Importa assim considerar todas as situações de dificuldade ou limitação da mobilidade. -----

----- Aos diversos níveis – internacional, nacional e local – esta matéria tem sido objecto de crescente atenção e mesmo alguma acção, embora manifestamente aquém das reais necessidades e, não poucas vezes, por acções dispersas, não articuladas com os diversos intervenientes e com resultados incoerentes. -----

----- Pese os esforços e iniciativas – como o Programa Lisboa Cidade Aberta ou a aprovação do Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal (edital 29/2004) – também a cidade de Lisboa apresenta estes sintomas, encontrando-se disseminadas por todo o lado barreiras arquitectónicas e urbanísticas. -----

----- Ao esforço em curso para eliminação de barreiras nos edifícios tem que corresponder igual iniciativa no espaço público de circulação e acessos, garantindo continuidade, nessas condições, dos percursos. -----

----- As inúmeras situações em que o passeio se encontra rebaixado de um lado mas não do outro de um local de atravessamento ou quando em passeios acessíveis é colocado mobiliário urbano ou outros elementos que representam uma barreira inultrapassável para muitos, são exemplos de todos conhecidos das limitações à mobilidade para todos que resultam da descoordenação das intervenções e gestão das autoridades. -----

----- Por todas estas razões, a continuidade desta situação é inaceitável e a sua correcção é inadiável. Neste sentido, os eleitos em representação do Partido

Ecologista “Os Verdes” propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 8 de Março delibere recomendar que: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa elabore no prazo de seis meses – no sentido de ser considerado no próximo orçamento – um Plano de Acção de erradicação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas no espaço público de circulação e acesso aos edifícios, a partir do princípio de uma intervenção sistemática para cada área geográfica. -----

----- 2. Neste Plano de Acção constem, pelo menos, a definição de áreas geográficas de intervenção sistemática e a respectiva prioridade de intervenção, os recursos humanos, técnicos e financeiros para a avaliação e definição das obras e medidas técnicas a tomar nessa área para a eliminação da totalidade das barreiras (conforme previsto no edital 29/2004) e de acesso aos transportes públicos, até à total cobertura do território municipal no prazo máximo de 3 anos.” -----

----- (Subscrita pelos Deputado Municipais Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Resolução -----

----- “1. Considerando que esta Assembleia Municipal se reúne exactamente no Dia Internacional da Mulher; -----

----- 2. Considerando a alteração produzida com as últimas eleições legislativas para a Assembleia da República, onde as forças que defendem uma nova Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, ficaram com uma maioria capaz de alterar de imediato a actual lei ou de propor a convocação de um novo referendo; -----

----- 3. Considerando que não mais se pode permitir a continuação de julgamentos de mulheres, pelo facto de termos uma das leis mais retrógradas da Europa; -----

----- 4. Considerando que a manutenção da actual Lei provoca diariamente um número incalculável de mulheres que têm de recorrer à interrupção da gravidez em círculos clandestinos, sem meios médicos, provocando riscos das suas próprias vidas e problemas sérios de saúde pública; -----

----- 5. Considerando que festejar o Dia Internacional da Mulher só pode significar valorizar o papel da mulher na sociedade democrática, defendendo os seus direitos e os seus deveres e sobretudo valorizando a sua liberdade e o seu direito à vida. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 8 de Março de 2005, decida: -----

----- 1. Manifestar aos Partidos representados na Assembleia da República, a sua clara posição de não prolongarem por mais tempo a alteração da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, agendando de imediato o tratamento desta questão na Assembleia da República; -----

----- 2. Manifestar a exigência que, até lá, seja suspensa de imediato a parte penalizadora da actual lei, fazendo deste modo com que mais nenhuma mulher se veja no vexame público de ser colocada na praça pública, perante um julgamento sobre uma sua opção pessoal; -----

----- 3. Enviar esta Moção a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República; -----

----- 4. Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Resolução -----

----- “1. Considerando a declaração do indigitado Ministro das Finanças do futuro Governo do Engenheiro José Sócrates de poder vir a subir os impostos a médio prazo;

----- 2. Considerando as notícias vindas a público de que um desses aumentos pode ser o da subida do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) de 19% para 20%; -----

----- 3. Considerando que tal intenção é completamente oposta à esperança dos portugueses que votaram, no passado dia 20 de Fevereiro, por uma mudança e esta medida anunciada é rigorosamente igual à primeira medida do Governo do Dr. Durão Barroso que se candidatou na altura, com a promessa de diminuir os impostos e a primeira medida que tomou foi o de subir o IVA de 17% para 19%; -----

----- 4. Considerando que esta anunciada intenção é completamente oposta à justiça dos impostos, pois não coloca no centro das receitas do estado o pagamento pela banca e grupos financeiros dos impostos iguais aos restantes empresários, nem sequer centra o combate à evasão fiscal, como centro da recolha de mais receitas; -----

----- 5. Considerando as várias moções aprovadas por esta Assembleia Municipal para que a banca pague os impostos devidos e em igualdade com os restantes empresários, e os esforços desta Assembleia Municipal em reuniões junto de todos os grupos parlamentares da Assembleia da República; -----

----- 6. Considerando que o aumento do IVA, em vez de incentivar uma retoma económica, provoca, como consequência, o seu inverso ao colocar todos os produtos de consumo mais caros e portanto com menos procura no mercado. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 8 de Março de 2005, decida: -----

----- 1 – Manifestar a sua clara oposição à anunciada intenção do futuro governo de aumentar os impostos sobre a generalidade dos cidadãos subindo o IVA; -----

----- 2 – Manifestar a sua clara posição de defesa da igualdade de pagamento de impostos por todas as empresas, sejam elas financeiras ou não; -----

----- 3 – Solicitar a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, uma reunião a fim de os sensibilizar para esta grave intenção; -----

----- 4 – Enviar esta moção ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro Ministro indigitado; -----

----- 5 – Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “Faleceu no dia 27 de Fevereiro o Dr. Vítor Wengorovius. -----

----- O Dr. Vítor Wengorovius morreu devido a uma doença degenerativa de que padeceu nos últimos anos e que lhe foi retirando a mobilidade. -----

----- O Dr. Vítor Wengorovius foi um Homem de ideais, que lutou por eles em todos os momentos, sobretudo, quando era mais difícil, ou seja, antes de 25 de Abril de 1974. -----

----- O Dr. Vítor Wengorovius foi um grande antifascista, esteve nas lutas académicas de 1962 - ao lado de Jorge Sampaio -, fez parte da CDF - Comissão Democrática Eleitoral de 1969 em Lisboa. -----

----- O Dr. Vítor Wengorovius foi um dos fundadores do MES - Movimento da Esquerda Socialista, e foi militante do Partido Socialista. -----

----- O Dr. Vítor Wengorovius foi um advogado brilhante, um excelente orador, um Homem que se bateu sempre pelas causas que defendia e que em 1999 recebeu a. Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibere: -----

----- 1. Apresentar as mais sentidas condolências à família do Dr. Vítor Wengorovius, neste momento de dor: -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que atribua a uma artéria da cidade o nome do Dr. Vítor Wengorovius, advogado e político antifascista.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, começou por manifestar a sua solidariedade à intervenção ali feita, no período de intervenção do público, pelo cidadão morador na Av. de Ceuta, no Bairro do Loureiro, Sr. Artur Palácios, por ela corresponder às necessidades sentidas pela população daquele bairro. Necessidades essas que, aliás, já por mais que uma vez apresentou à Assembleia e tem vindo a contactar com a Câmara no sentido de encontrar resposta. -----

----- E bom seria que a Câmara Municipal desse hoje ali resposta às questões trazidas pelo Sr. Artur Palácios. -----

----- Seguidamente, disse que nos últimos dias têm sido “assaltados” pela preocupação de qual o destino do Cinema Europa. Aliás, em 1997 perguntavam, na revista da freguesia, que futuro para o Cinema Europa, e procuraram, a partir dessa data, encontrar uma resposta para essa interrogação. Porém, foram confrontados com a notícia de que o Cinema Europa tinha sido vendido a outros proprietários, e que se perspectivava a sua demolição. Isso no dia 10 de Fevereiro. -----

----- Nessa altura contactaram a Direcção Municipal de Gestão Urbana e foi-lhes dito que a Câmara tinha apreciado três projectos, todos eles pedindo a demolição e foram indeferidos, acrescentando, no entanto, que a Câmara aguardava um projecto melhor. Portanto, na eventualidade de um projecto melhor, possivelmente a demolição seria efectivada. -----

----- A interrogava-se o que era essa coisa de um projecto melhor! Portanto, para a Câmara o que estava em causa não era a demolição do Cinema Europa mas um projecto que fosse melhor. -----

----- Ainda de acordo com a imprensa, o Pelouro da Cultura ter-se-ia manifestado favoravelmente à desafecção da actividade cinematográfica, lamentando, no entanto,

a perda daquela espaço cultural. E a mesma postura teria sido assumida pela Inspeção de Actividades Culturais. -----

----- A questão de fundo era que o actual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa herdara aquele espaço na condição arrendatária, ou seja, quando este Executivo tomou posse o Cinema Europa era um espaço arrendado pela Câmara, naturalmente com todas as condições para o poder vir a adquirir o espaço, o que era, aliás, intenção do Executivo anterior, e no tempo proceder à sua recuperação por forma a que o Cinema Europa não fosse apenas um espaço de cinema. Conheciam bem as realidades, conheciam bem o espaço e sabiam que hoje não era funcional uma sala de 800 lugares apenas para cinema. -----

----- Por isso, sugeriam que o Cinema Europa fosse um espaço onde a cultura, nas suas diversas vertentes, se pudesse vir a desenvolver. Isso exigiria, naturalmente, reestruturação e investimento, no tempo consideravam que isso seria possível e desejável, não só para a freguesia como também para a zona oriental da cidade e para a cidade no seu todo. -----

----- Naturalmente poder-se-ia perguntar o que era que iam fazer, mas relativamente a isso recordava que deram, na altura, algumas sugestões que poderiam, eventualmente, ser melhoradas ou ser ignoradas. Seria que ao Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, e à sua equipa de trabalho, faltava arte e engenho para encontrar soluções a fim de tornar aquele espaço num espaço funcional e desejável? -----

----- Dirigindo-se à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão perguntou-lhe que projecto para o Cinema Europa? Qual a postura da Câmara em relação àquele espaço? Defendia a Câmara a sua demolição? -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, aludindo ao Dia Internacional da Mulher que hoje, dia 8 de Março, se comemorava, saudou todas as mulheres presentes no Plenário, quer na qualidade de Vereadoras, quer na qualidade de Deputadas Municipais. Era importante que para além de saudarem esse Dia, todos pudessem contribuir não só para aquilo que as mulheres representavam naquilo que era o seu feminino, como também aquilo que eram os seus direitos em prol da total e completa igualdade em relação a todos aqueles que pertenciam à mesma raça humana. Os mesmos direitos e as mesmas garantias. -----

----- Foram apresentadas algumas moções, nomeadamente pelo PCP e pelo BE, no sentido de saudar o Dia Internacional da Mulher. De uma maneira geral todos o saudavam e todos desejavam que cada vez os seus direitos fossem mais respeitados, que cada vez a Mulher fosse mais integrada e que cada vez mais participasse com toda a sua capacidade na vida política, social e empresarial. -----

----- Em relação à Câmara Municipal nomeadamente, e até mesmo em relação à Assembleia, tinham bons exemplos daquilo que era a participação feminina nesses órgãos importantes da Cidade de Lisboa. E eram bons exemplos porque elas, em toda a sua actividade, têm demonstrado bastante capacidade e têm contribuído de forma significativa para a valorização da cidade. -----

----- Por tudo isso, mais uma vez as saudava. -----

----- Seguidamente, referindo-se à Moção apresentada pelo PEV sobre as barreiras arquitectónicas, disse que era importante que se fizessem alertas significativos em relação a essa matéria, porquanto cada vez mais se verificava na cidade, nomeadamente em relação a quem circulava a pé, e quem circulava a pé eram quase sempre pessoas idosas, aquelas que tinham mais dificuldades, ou porque os passeios eram escorregadios, ou porque havia imensos buracos no empedrado, enfim, era preciso ter como um dos principais objectivos da cidade a recuperação, o mais urgente possível, das suas vias pedonais. Era uma missão que era da Câmara e em relação à qual a Câmara teria que, urgentemente, enveredar os maiores esforços para que o objectivo pudesse vir a ser atingido. -----

----- Sobre a Moção do BE relativa àquilo que teria sido, ou não, a afirmação do indigitado Ministro das Finanças, era seu entendimento que o BE se estava a precipitar porquanto o Governo nem sequer tomara ainda posse, estava apenas indigitado. O Governo não apresentara ainda o seu programa à Assembleia da República, portanto ainda não tinha programa aprovado, nem mesmo se sabia qual seria esse programa. Portanto, parecia-lhe que era uma precipitação e que era pôr o carro à frente dos bois começarem já ali a tentar descobrir no futuro Governo quais seriam as suas dificuldades. -----

----- Foi uma afirmação avulsa do indigitado Ministro das Finanças que qualquer um poderia ter na medida em que, de facto, a economia não está num estado que se possa considerar bom. Portanto, uma afirmação avulsa que não responsabilizava o Governo, que não responsabilizava ninguém para além dele próprio, e que não foi afirmada com convicção. Também tinha ouvido isso, foi assim do género *an passan* que ele afirmou que poderia haver necessidade de num futuro próximo vir a aumentar os impostos. ----

----- Que se deixasse o Governo apresentar o seu programa, que se deixasse o Governo começar a governar, que se lhe desse o estado de graça que ele necessitava para poder conhecer os *dossiers*, e que não se fizesse a política do bota-abaixo de que muitas vezes foram alvo outros Governos. O PSD não tinha essa metodologia, não tinha essa prática, e realmente considerava que era despropositada a Moção do BE sobre o hipotético aumento de impostos. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, depois de saudar todas as mulheres que estavam presentes na Sala, incluindo na parte reservada ao público, disse que se comemorava hoje o Dia Internacional da Mulher, e hoje, neste Dia, queriam fazer uma homenagem a todas as mulheres do mundo que lutavam contra as desigualdades; -----

----- às mulheres portuguesas que lutavam por um posto de trabalho; -----

----- às mulheres portuguesas que sofriam no dia-a-dia injustiças no trabalho, na família e na vida social; -----

----- às mulheres portuguesas vítimas de violência doméstica; -----

----- às mulheres portuguesas que eram humilhadas e que viam a sua vida privada devassada porque fizeram um aborto, ou seja, interromperam a gravidez; -----

----- às mulheres portuguesas que eram despedidas ou pressionadas no emprego porque se encontravam grávidas e não podiam produzir o que os patrões desejavam e porque elas tinham direito a três meses após o parto; -----

----- às mulheres portuguesas que se revoltavam contra a hipocrisia política porque se aprovavam leis e não as aplicavam nem as faziam aplicar; -----

----- às mulheres portuguesas que não se vergavam nem se submetiam e davam o seu grito de revolta exigindo a igualdade e a dignidade. -----

----- Nesta data, primeiro, em seu entender, deveriam ser condecoradas as mulheres que não deixavam encerrar fábricas e que continuavam a laborar, e não aquelas que sendo profissionais competentes não conheciam dificuldades e tinham todas as condições para o exercício profissional. Hoje deveriam ser condecoradas as mulheres que lutavam pelos seus direitos, quer laborais, quer sociais, quer familiares. -----

----- Hoje, dia 8 de Março de 2005, comemorava-se a revolta contra as desigualdades e contra a hipocrisia. Para todas elas a sua solidariedade enquanto mulher de esquerda, autarca e feminista, assim como do Grupo Parlamentar Socialista da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que em representação do Sr. Presidente da Câmara se encontrava o Sr. Vice-Presidente, Vereador Pedro Pinto. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Pires Marques (CDS-PP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Hoje, dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, vou falar-vos da diferença. - A mulher no Séc. XXI e o papel importante que poderá desempenhar no desenvolvimento da Sociedade Mundial. -----

----- Já vai longe o tempo em que os homens eram educados para triunfar e as mulheres para agradar. -----

----- Há 2 ou 3 gerações atrás uma mulher que tivesse uma profissão era olhada como bicho raro e nem sempre era respeitada porque muitos consideravam que se estava a desviar do seu caminho de esposa e mãe. -----

----- Os tempos mudaram, as nossas jovens, as mulheres de hoje já não entendem não ser independentes e estão cada vez melhor preparadas para responder às exigências que lhes são impostas. -----

----- O desenvolvimento intelectual da mulher e a sua independência são hoje uma realidade. Estamos longe de ter atingido o que queremos e temos direito, mas estamos a caminhar com passos ritmados no sentido positivo, no reconhecimento do papel importante que desempenhamos e podemos vir a desempenhar na formação de um mundo mais justo e desenvolvido. -----

----- É com esses passos ritmados e com a nossa persistência e coragem que temos mostrado as nossas capacidades de evolução ao longo dos tempos nos momentos mais difíceis da nossa história. -----

----- Nesta evolução registam-se o aumento da taxa de actividade feminina, o aumento do nível de instrução das mulheres e o aumento do nível de instrução da população em geral que é derivado do facto do número de mulheres que possuem, quer o ensino básico, quer o ensino secundário quer o ensino superior ter aumentado e do facto da

diminuição do número de mulheres que não possuem qualquer nível de ensino completo. -----

----- A importância das mulheres relativamente à população activa total cresceu nas últimas décadas. -----

----- Não é verdade que não nascemos mulheres, que nos transformam mulheres. Nascemos mulheres, tal como os homens nascem homens, e julgo ser um facto importante não sermos diferentes unicamente no sexo mas também nas características que nos definem. -----

----- Ao contrário de nos diminuir, esse facto deve orgulhar-nos a todas a evolução a que hoje chegamos. -----

----- O *status* da mulher na sociedade começou a mudar com a queda do feudalismo e o nascimento do capitalismo. -----

----- Nos Estados Unidos as mulheres obtiveram o direito ao voto em 1920. A emenda constitucional que lhes concedeu esse direito foi o climax da sua luta que começara cem anos antes. -----

----- Somente quando as mulheres chegaram a alcançar certa independência económica se considerou a sua exigência ao voto. No entanto nada se modificou de essencial na sua situação da Mulher nos Estados Unidos. -----

----- Foi em meados dos anos 60 que o problema da Mulher adquiriu uma nova dimensão. -----

----- As mulheres, de modo colectivo e maciço, tornaram-se conscientes da sua situação. -----

----- Surgiram em todos os países do mundo grupos e frentes de “libertação da Mulher”, a maioria com objectivos bem definidos. -----

----- As mulheres estavam preparadas para obter a sua liberdade; não queriam intercambiar as suas funções com os homens nem imitá-los, mas transformar o sistema por outro baseado no mérito pessoal. -----

----- Em França, no ano de 1970 a revista ELLE organizou os “Estados Gerais de Mulher”. A moção proclamava a exigência feminina da igualdade de oportunidades, direitos e obrigações. E em 1973, três anos depois, são reconhecidos legais os métodos anticonceptivos, o que foi um grande passo para a emancipação da Mulher. --

----- Na China Mao fez da libertação da mulher um dos pontos fundamentais do seu programa político. “Não tereis de lutar pela liberdade da mulher porque o Governo Chinês está por detrás delas”. -----

----- O mais importante foi o facto das mulheres começarem a educar-se para se preocuparem consigo mesmas, depois de terem sido submetidas a terríveis sofrimentos. -----

----- A libertação da Mulher implica necessariamente a libertação da sociedade. Não pode haver mulheres livres em sociedades oprimidas. -----

----- A mulher sempre trabalhou. Nas sociedades primitivas trabalhava nas tarefas agrícolas e domésticas ; quando a Revolução Industrial tornou necessária a sua mão-de-obra trabalhou nas fábricas. Em tempo de Guerra, quando a situação foi extrema, a mulher trabalhou. -----

----- Actualmente muitas mulheres exercem o pluri-emprego trabalhando fora de casa e assumindo todo o peso das tarefas domésticas. Muitas outras abdicam da sua carreira profissional para se dedicarem aos filhos e ao marido. -----

----- No entanto considerar-se a mulher como um ser destinado apenas a ser mãe e esposa provoca de início uma discriminação na educação que posteriormente reverte em menor capacidade para alguns empregos e uma discriminação psicológica que faz com que, mesmo estando igualmente capacitada, se considere inferior. Além disso, a qualificação básica de esposa e mãe cria-lhe dificuldades de emprego segundo o critério pelo qual, se uma mulher casada espera um filho terão de conceder-lhe demasiados dias de licença de parto. Daí que alguns dos trabalhos dados às mulheres são de menor responsabilidade. -----

----- A taxa de participação da Mulher no trabalho em países da Europa Ocidental ainda continua a ser demasiado baixa em relação às suas capacidades intelectuais e físicas, embora tenha havido um forte crescimento de há 20 anos a esta parte. -----

----- A participação da mulher na economia é uma necessidade objectiva de toda a sociedade, assim como uma condição indispensável para o seu desenvolvimento e libertação. -----

----- Vimos que a mulher, imersa numa sociedade patriarcal, sofreu as consequências de uma discriminação que tem as suas origens na educação e se reflecte na sua situação legal, no seu trabalho, no lugar que ocupa na família e no papel que desempenha na sociedade de consumo tendo influído na sua própria psicologia e nos seu comportamento sexual. -----

----- À Mulher sempre foram atribuídas qualidades “femininas” de passividade, debilidade, submissão e intuição. -----

----- Considerada incapaz de desempenhar funções que requeiram força, agressividade, inteligência dons de comando, etc., valorizava-se o seu aspecto físico e desvalorizava-se o seu intelecto. Foi contra tudo isto que a mulher lutou e tem vindo a lutar nas últimas décadas. No entanto é importante sublinhar que os grupos de libertação da mulher, excepto em casos muito radicais, não estabelecem uma luta contra o homem mas uma colaboração com ele, não pretendem superar os homens nas obter uma identidade própria. -----

----- O que se pretende é acabar com os atavismos culturais que a relegam a um plano de inferioridade e dependência do homem. -----

----- As mulheres hoje buscam não a igualdade com o homem, mas a independência dele. -----

----- A Mulher busca a sua identidade, diferente da do homem. Isto não implica na destruição ou debilitação das relações Homem-Mulher, mas no fortalecimento, ao se converter em algo real, existente por si mesmo sem nenhuma motivação material, de segurança ou económica. -----

----- Quando homens e mulheres se respeitarem mutuamente e colaborarem juntos na melhoria das condições da sociedade, falar da libertação da mulher deixará de fazer sentido. -----

----- Hoje, acreditamos que esse respeito mútuo poderá ser uma realidade cada vez maior. Vimos ao longo dos tempos a evolução e o crescimento e desenvolvimento das mulheres no sentido da sua independência. -----

----- Já não faz sentido pensar que a mulher não tem aptidões para trabalhos difíceis ou duros porque ficou provado, passados todos estes anos, a sua coragem e persistência nas momentos mais difíceis da História e na sua luta constante pela liberdade e igualdade. -----

----- Os obstáculos têm sido muitos mas as mulheres têm sabido vencê-los. -----

----- Estamos perante um ser que de fraco não tem nada e de frágil muito menos. -----

----- Tem sim, sensibilidade e paixão pelas causas que abraça. A sua coragem e disciplina tem sido um exemplo de que as mulheres de ontem, de hoje e de amanhã estão equipadas das ferramentas necessárias para continuar no trabalho, na caminhada ritmada para a sua valorização e independência, só parando quando as Mulheres de todo o Mundo tenham direitos iguais. -----

----- As mulheres de hoje têm um novo rosto, o rosto da independência e da exigência pela igualdade. O rosto da esperança e da confiança num futuro que passe por nós. ----

----- Vamos acreditar que com o exemplo de cada uma de nós e de todas em geral este século, o Séc. XXI, vai poder entrar com o trabalho, dedicação, capacidade, inteligência e coragem das mulheres para o desenvolvimento mundial, para construir, um mundo melhor e mais justo para todos nós. -----

----- Termino citando a Madre Teresa de Calcutá “Continua quando todos esperam que desistas. Quando não consigas correr através dos anos, trota. Quando não consigas trotar, caminha. Quando não consigas caminhar, usa uma bengala, mas nunca, nunca te detenhas”. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que hoje, Dia Internacional da Mulher, era evidente que na sua ida à tribuna não poderia deixar de se associar a tudo aquilo que ali já foi referido sobre esse Dia. Mas, como estavam numa Assembleia que tinha natureza política, apelava aos responsáveis políticos para que no século XXI houvesse tendência no sentido de que a representatividade feminina nos diversos órgãos fosse uma realidade. -----

----- Todavia, a questão que o levava a intervir, fundamentalmente, era porque uma associação da sua freguesia, concretamente a Associação de Proprietários do Bairro da Quinta do Olival, apresentara, no período de intervenção do público, três questões que considerava importantes e que já por si ali foram referidas algumas vezes, mas até ao momento sem qualquer solução. -----

----- Em primeiro lugar, a falta de transportes públicos naquele bairro desde o realojamento da população que foi transferida da zona da Expo para o Vale do Forno, e depois o seu realojamento na Ameixoeira determinara que a Carris terminasse com a carreira 66-A e desde essa altura até ao momento não fosse reposta na zona qualquer alternativa de transporte público. -----

----- Recordou que o Sr. Presidente da Câmara, a determinada altura, face a essa situação, determinara que o LX Porta a Porta passasse a ir ao Bairro da Quinta do

Olival, e assim aconteceu até Setembro de 2004. No entanto, sem que a população do bairro ou a Junta de Freguesia tivessem sido informados, foi posto termo ao LX Porta a Porta e não foi dada qualquer explicação. -----

----- Pessoalmente considerava que, até que estivesse reposta a carreira da Carris, era importante que a Câmara repensasse essa situação no sentido de que o LX Porta a Porta passasse a ir de novo ao Bairro da Quinta do Olival, pois havia muita população que o utilizava e que agora tinha o transporte público muito distante do local de residência. -----

----- Por outro lado, a Associação levantou também a questão da não resolução do problema da legalização das casas de habitação porque, pagando embora todas as contribuições, face à forma como as mesmas foram construídas não tinham licenças de habitação o que queria dizer que no futuro não as poderiam transaccionar. -----

----- Em 1995 foi publicada a Lei 91/95 para resolução do problema das áreas urbanas de génese ilegal, que era o caso desse bairro, e realmente não se compreendia que até ao momento não tivessem sido iniciadas diligências no sentido de ser aproveitada essa disposição legal. Mais uma vez repetia que as leis que o Estado fazia eram para cumprir e não para ficarem apenas escritas e que ninguém a elas tivesse atenção. Neste caso havia condições para que fosse implementada a Lei 91/95, mas isso até ao momento ainda não se verificara. -----

----- Ainda sobre o Bairro da Quinta do Olival, disse que relativamente à reflorestação da antiga lixeira do Vale do Forno havia um acordo entre a Valorsul e a Câmara que previa que a Valorsul fizesse essa reflorestação, mas até ao momento isso também ainda não se verificou. Na verdade, era uma zona que merecia que se pensasse na forma como dar-lhe mais qualidade de vida. -----

----- Seguidamente, referindo-se ao viaduto do Eixo Norte-Sul sobre a Av. Padre Cruz, disse que a sua construção, cuja adjudicação já estava em andamento, determinava que um polidesportivo e uma piscina existentes no local fossem demolidos, assim como também uns anexos pertencentes à Junta, para que ali fossem colocados os pilares do viaduto. Até ao momento ainda não foi encontrada solução para o polidesportivo que vai substituir o que vai ser demolido, como também para os anexos onde havia bastante material da Junta e que por isso mesmo precisava de outro local para colocação desse material. Esperava que a Câmara tivesse atenção a esse pormenor, porque se o viaduto do Eixo Norte-Sul era uma realização importante em termos nacionais e em termos regionais, também o era em termos locais, e a Autarquia Local não deveria ser prejudicada pelo interesse que tem essa via para a população do País em geral. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Governo decidiu, em 20 de Janeiro de 2005, a extinção do procedimento de avaliação de impacte ambiental que estava a decorrer sobre o Túnel do Marquês, com base no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo e devido igualmente, segundo o Secretário de Estado do Ambiente, à escassez de recursos humanos do MAI. -----

----- Quatro notas sobre esse processo. -----

----- Primeira: se um dos motivos para a tomada dessa decisão foi a falta de recursos confessada pelo Secretário de Estado de os serviços assumirem as suas competências, essa questão era ainda grave. -----

----- Segunda: a decisão do Supremo Tribunal Administrativo foi tomada estritamente no plano legal e não sobre os riscos que impendiam da realização da obra. -----

----- Terceira: a decisão foi tomada por um Governo de gestão que já se encontrava demissionário. -----

----- Quarta: houve em todo o processo uma clara instrumentalização e promiscuidade entre o Governo e a Câmara, e percebia-se porquê! A Câmara queria construir o túnel o mais rapidamente possível mesmo que para isso não fossem garantidas as condições de segurança da obra, e o motivo era evidente: fazer do túnel um trunfo eleitoral. -----

----- Disse, depois, que o PCP nunca se opôs à construção de um túnel nas Amoreiras, mas sempre acusara a Câmara pelo facto do concurso ter sido adjudicado por ajuste directo e assim ocorrer em grave ilegalidade. Nesse sentido, apresentara a questão no Tribunal de Contas e sempre foi contrário ao projecto que a Câmara queria concretizar, visto que, tal como estava previsto, seria desnecessário, seria caro e implicava elevados riscos devido a erros técnicos. -----

----- Importava recordar que o Relatório de Avaliação de Impacte Ambiental era negativo. O relatório recomendava que fossem tomadas 40 medidas de correcção sem as quais o risco da obra era grande, mas a Câmara fizera orelhas moucas. Nem mesmo ouvira a recomendação da Comissão Europeia do Ambiente, e nem o protesto das organizações ambientalistas e de milhares de lisboetas conseguiram demovê-la. Teimosamente continuava a obra sem que considerasse necessário obter a declaração de impacte ambiental favorável. -----

----- No entanto, as consequências poderiam ser graves para a cidade. O projecto emblemático da coligação de direita, em face dos riscos que apresentava, poderia transformar-se no cabo das tormentas dos automobilistas de Lisboa. -----

----- Depois dessa trapalhada o PCP deixava um aviso à Câmara: se se registar qualquer acidente no túnel devido à falta de segurança, a responsabilidade deve ser inteiramente imputada ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores. E ao PS o PCP dizia que uma das primeiras medidas que o novo Governo devia tomar era revogar o despacho do Secretário de Estado do Ambiente que extinguia o procedimento da avaliação do impacte ambiental. Acreditavam que o fizesse em coerência com as posições que o PS tem assumido na Assembleia Municipal, mas se o não fizesse assumiria igualmente a responsabilidade por algum desastre que vier a ocorrer se a obra for concluída. -----

----- Por fim, disse que era preciso dar voz ao povo de Lisboa sobre esse processo, porque só ele poderia impedir que o túnel se fizesse tal como estava projectado. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar as colegas Deputadas Municipais, dizendo que, pese embora a sua camarada e amiga, Deputada Municipal Ana Sara Brito, já tivesse feito a declaração do PS a propósito do Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de também, neste Dia,

querer recordar a importância e o significado que ele tinha e, portanto, queria dar um beijinho a todas as Senhoras porque realmente era um dia muito importante para as mulheres. -----

----- Em relação às moções que foram apresentadas para votação, disse que da parte do PS tinham propensão para votar favoravelmente as referentes ao Dia Internacional da Mulher, como não podia deixar de ser até pelo significado que encerravam, mas desejava fazer um reparo que iria condicionar a votação do PS no que respeitava a alguns pontos das moções, e desde já pedia ao Sr. Presidente para que as moções n.ºs 1, 4 e 5 fossem votadas ponto por ponto. -----

----- Explicando a razão porque pediam a votação dessas moções ponto por ponto, disse que uma nota comum a quase todas elas tinha a ver com as propostas de publicação. Como o PS tinha vindo a fazer nas últimas reuniões sobre essa matéria, tinham muitas reservas no que respeitava à publicação de algumas dessas moções, e portanto desde já desejavam deixar enunciadas essas reservas que, obviamente, seriam transpostas para a votação. -----

----- A segunda nota, e essa mais substancial, mais substantiva, era que em relação à Moção n.º 4, do BE, embora sobre o Dia Internacional da Mulher, o ponto 1 da parte deliberativa procurava apresentar já uma proposta de actuação no que respeitava à actividade da Assembleia da República. Era evidente, era pública a posição do PS sobre essa matéria e, portanto, o PS não iria votar favoravelmente esse ponto porquanto ele contrariava aquilo que já foi publicamente anunciado pelo PS e, obviamente, não estavam na disposição de em sede de Assembleia Municipal votar contra aquilo que eram as propostas que já foram enunciadas pelo próprio partido. Aliás, o PS tinha um calendário, que era público, e obviamente não estariam disponíveis para se obrigar a outro calendário de outras forças políticas. -----

----- Portanto, votariam contra esse ponto porque manifestamente ele lhes parecia desajustado. -----

----- No que respeitava à Moção n.º 5, também apresentada pelo BE, referente a afirmações do indigitado Ministro das Finanças, era óbvio que o PS rejeitava completamente o que na Moção era proposto, designadamente porque – como já foi dito pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, com o qual desta vez estava em total sintonia – não fazia sentido que no momento em que os Ministros ainda nem sequer tomaram posse, a Assembleia Municipal de Lisboa a primeira coisa que fazia era aprovar algo contra um Governo que ainda não existia. Isso era inacreditável! -----

----- Portanto, o PS votaria contra essa Moção. Mas, mais do que votar contra ela, queriam denunciar ali que era uma Moção que carecia de sentido porque aquilo que estava em cima da mesa, aquilo que a Moção apresentava, era uma pretensa pretensão sobre algo que foi dito mas que manifestamente não vinculava o Governo, e não vinculando o Governo não podiam agora aceitar que o BE procurasse desde já começar a vincular a actuação governamental sobre essa matéria. -----

----- Por conseguinte, o PS iria votar contra essa Moção porque ela de todo em todo carecia de conteúdo e de sentido. -----

----- Sobre o voto de pesar – Moção n.º 6 – relativo ao falecimento do Dr. Vítor Wengorovius, disse que o PS o apresentou sem qualquer carácter de obrigatoriedade, mas porque entenderam que a figura de Vítor Wengorovius justificava, merecia e era digna do merecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Era evidente que muitos dos presentes sabiam quem foi Vítor Wengorovius, que foi um jurista brilhante, foi um homem de mão-cheia, mas foi sobretudo um cidadão de pleno direito, um cidadão que se bateu nos momentos e nos tempos difíceis para por aquilo que era essencial, a liberdade. A liberdade é uma coisa absolutamente extraordinária, Vítor Wengorovius certamente hoje, estivesse onde estivesse, poderia estar descansado porque enquanto foi necessário, enquanto foi preciso, ele esteve na primeira linha a lutar pela liberdade. -----

----- Muito obrigado Vítor Wengorovius, disse a rematar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que aplaudia porque conhecia o Vítor Wengorovius, lidou com ele na CDE, em 1969, e sabia que era de facto uma pessoa extremamente generosa e combativa. Portanto merecia a admiração da Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que queria fazer suas as palavras de vários oradores, em nome do BE, sobre o Dia Internacional da Mulher que hoje, dia 8 de Março, se comemorava. No entender do BE, esse Dia deveria significar não só todas as palavras que ali foram ditas, nomeadamente assinava por baixo a intervenção da Deputada Municipal Ana Sara Brito, como de outros colegas, mas tinha que ser com medidas concretas. -----

----- E aquilo que o BE estava a propor na sua Moção era uma medida concreta no momento em que as esquerdas tinham uma maioria absolutíssima na Assembleia da República, portanto que se tomassem medidas imediatas sobre isso e se acabasse com a vergonha dos tribunais. Era tão simples! Não se tratava de impor agendas a ninguém, não se tratava de impor nada a ninguém, tratava-se apenas de que fossem objectivos e concretos porque era possível fazer de imediato qualquer coisa para acabar com isso. -----

----- Disse, depois, que não fizeram nenhuma Moção contra o Governo, até porque não existindo Governo não a poderiam fazer. Mas fazia suas as palavras do Deputado Municipal Dias Baptista numa altura em que o BE ali apresentou uma Moção sobre um anúncio público feito pelo então Ministro Carmona Rodrigues, sobre a hipótese de lançar um passe social pago de acordo com o número de contribuinte. Lembrava-se perfeitamente do PSD e o PP na altura terem dito: “aí estão vocês a levantar uma coisa que não está decidida, não foi apresentado em nenhum programa, não foi apresentada nenhuma lei, não foi apresentada nenhuma proposta, é apenas uma ideia, foi uma coisa que foi lançada para discutir”. Mas todos votaram a Moção dizendo que queriam matar a ideia à cabeça. -----

----- Na altura o Deputado Municipal Dias Baptista esteve de acordo com isso, e o que estavam agora ali a dizer era exactamente a mesma coisa. Havia um programa na televisão, do João Soares, em que ele dizia: “eu vi”, e ele agora dizia: “eu ouvi” porque de facto ouviu o indigitado Ministro das Finanças dizer, já depois de indigitado, que o aumento dos impostos era uma medida concreta que era necessário tomar para o

problema do défice. E depois ouviram todos a comunicação social a referir quais eram as hipóteses de impostos, e, por isso, o que queriam agora era também matar essa ideia à cabeça. -----

----- Queriam que a Assembleia Municipal se pronunciasse se estava contra ou a favor que no próximo programa do Governo houvesse ou não aumentos de impostos, nomeadamente nos indirectos e nomeadamente no IVA. É que ouviu o Sr. Ministro indigitado com atenção e não o ouviu dizer, em vez de ter dito o que disse, que ia aumentar o controlo contra a fuga fiscal, que ia obrigar a banca a pagar tantos impostos como pagava qualquer outro empresário. Isso não ouviu, mas a outra parte essa ouviu. -----

----- Portanto, o BE estava ali a tomar uma posição que era clara, quando se começou na altura da hipotética proposta do passe social foi para matar essa ideia à cabeça, e neste caso queriam também matar a ideia à cabeça e queriam que os Deputados Municipais se definissem perante ela. -----

----- Seguidamente, disse que gostava que a Câmara respondesse ao morador da Quinta do Loureiro, Sr. Artur Palácios, sobre se vai ou não haver a construção do pavilhão gimnodesportivo, que estava prometido mas que se continuava à espera que andasse para a frente. Não era a primeira vez que a questão ali era posta, já várias vezes ali tinha sido tratada, já foi tratada na Assembleia de Freguesia, já ali interveio sobre ela o Presidente da Junta de Freguesia e esse problema teria que ter resposta. ----

----- Disse, ainda, que soube há pouco, pelos feirantes da Feira Popular, que mais uma vez esteve prevista a assinatura, na semana passada e depois na segunda-feira desta semana, do protocolo com os feirantes e o acordo para as indemnizações, mas que lhes foi dito que perante uma situação delicada que havia na Câmara em que não se sabia se o anterior Presidente da Câmara e cabeça de lista do PSD voltava ou não voltava, a Câmara decidira que não assinava esse protocolo porque se o Dr. Santana Lopes voltasse seria ele a assinar, se não voltasse então seria o Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Mas o problema, independentemente da legitimidade do Dr. Santana Lopes voltar como cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, era uma legitimidade democrática que lhe assistia em pleno e sobre isso o que depois poderiam fazer era considerando políticos, havia o problema objectivo que a Assembleia Municipal aprovou, na última reunião, porque os feirantes não tinham dinheiro para viver. Havia feirantes que tinham processos em tribunal porque não podiam responder às suas situações financeiras dado que a Câmara, abusiva e autoritariamente, decidira fechar-lhes os negócios e não lhes dava as compensações necessárias para eles decidirem como sobreviver. E o problema não poderia estar dependente do presidente ser o António, o Manuel ou o Joaquim, porque se tratava de pessoas, de seres humanos. ----

----- Haveria comerciantes que tinham possibilidades de sobreviver porque tinham outros meios de subsistência, mas a maioria deles tinham um “restaurantezinho” da sardinha assada. Alguns deles viviam lá! Por isso a pergunta que se fazia é se era democrático, se era de um Estado de Direito que se fecha-se o negócio abusivamente, há mais de um ano, e entretanto se não tivessem entregue as indemnizações e não dar

pelo menos qualquer coisa por conta para que as pessoas pudessem sobreviver até que se resolvesse o problema. -----

----- Terminou pedindo ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que tomasse a devida nota desta questão porque o problema dos feirantes era um problema sério que teria que ser resolvido e não podia estar à espera de quem vinha a seguir. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por endereçar, em nome do PCP, uma saudação muito especial a todas as mulheres presentes na Assembleia, desejando-lhes um resto de dia feliz e que as perspectivas futuras fossem de facto ambiciosas. ---

----- Depois, referindo-se à transferência das verbas para as Juntas de Freguesia relativas aos protocolos, disse que a Câmara Municipal sabia bem que havia especificidades que obrigavam ao pagamento mensal de encargos que as Juntas tinham com as competências que nelas estavam delegadas, incluindo o pagamento do pessoal. E os atrasos verificados nas transferências da Câmara levavam a que as Juntas tivessem que assumir despesas relacionadas com encargos que eram da Câmara, o que lhes colocava dificuldades financeiras. -----

----- Nesse sentido, dado que estavam já no terceiro mês de 2005, desejavam saber para quando as transferências da Câmara para as Juntas de Freguesia, tendo em conta que a não transferência colocava-lhes sérias dificuldades financeiras. -----

----- Em relação aos feirantes de Feira Popular, lembrou que aquando do fecho da Feira o PCP teve a preocupação de colocar ali como preocupação o facto de se encerrar a Feira Popular sem que o problema dos feirantes e dos seus trabalhadores estivesse resolvido, e passados já longos meses do encerramento os feirantes e os trabalhadores encontravam-se agora em situação muito difícil. -----

----- Portanto, o PCP pretendia saber, com carácter de urgência, o que se previa para a resolução do problema dos feirantes e dos trabalhadores da Feira Popular. -----

----- Relativamente às moções n.ºs 1 e 2, referentes à Saudação e Compromisso e à Violência Doméstica, disse que a sua camarada, Deputada Municipal Graça Mexia, se referiria, mas em relação à n.º 1 o PCP queria dizer que se tratava de matéria de relevante significado nos seus pontos de compromissos que eram a garantia da autonomia económica das mulheres no acesso ao emprego em condições de igualdade; a protecção e função social na maternidade e paternidade; a promoção da igualdade de direitos na vida familiar e direito à conciliação da vida profissional e familiar; a criação de condições que permitissem o reforço da vida da participação social e política; e, ainda, a promoção das medidas de combate à discriminação e à violência sobre as mulheres. -----

----- No entender do PCP a relevância do significado deste compromisso justificava perfeitamente que a Moção fosse publicada nos órgãos de comunicação social, até mesmo pelo dia em que era apresentada. -----

----- Em relação à Moção sobre a violência doméstica, recordou que já tiveram ocasião de a apresentar no dia 1 de Fevereiro mas foi então entendido que tendo em conta a proximidade das eleições legislativas ela não deveria ser publicada, tendo

então o PCP referido que a apresentaria numa próxima Sessão, o que hoje estava a acontecer, para que fosse votada e publicada dada a sua importância. -----

----- Quanto à Moção apresentada pelo PEV, sobre as barreiras arquitectónicas, disse votariam a favor, e sobre a Moção n.º 4, apresentada pelo BE, ela dizia respeito a uma questão que o PCP vinha colocando e para a qual a Assembleia da República tinha de facto legitimidade, pelo que também a votariam a favor. A Moção n.º 5, também apresentada pelo BE, sobre a questão dos impostos, o PCP propunha que fosse votada ponto por ponto porque consideravam que o ponto 3 não se justificava porque nem sequer existia ainda Assembleia da República. Tratava-se de uma luta política que não estava ainda na agenda para ser colocada ali neste momento. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, depois de referir que se identificava e congratulava com o Dia Internacional da Mulher, disse que apenas ia abordar três questões, a primeira das quais uma chamada de atenção à Câmara. Não tinha a ver com a existência ou não de painéis, mas sim com o facto do que estava nos painéis não faltar à verdade. Por exemplo, no Areeiro estava um painel que dizia que o Parque Mayer foi aprovado em reunião de Câmara, o que era manifestamente publicidade enganosa e por isso valeria a pena a Câmara corrigir. A Câmara podia, evidentemente, fazer os anúncios que quisesse, mas deveria fazê-los dentro do limiar da verdade. Essa era uma questão ética que com certeza a Câmara subscreveria e, portanto, foi certamente um lapso. -----

----- A segunda questão, esta segundo disse um pouco mais séria, tinha a ver com as marcações feitas recentemente na Av. Afonso Costa, a propósito da segunda abertura do Túnel das Olaias: a Av. Afonso Costa tem três faixas de rodagem, do túnel vinham duas e outra da Rua Profª. Margarida Vieira Mendes, das Olaias, e esse conjunto de seis faixas convergia, no espaço de 30 metros, para três faixas. Das três faixas da Av. Afonso Costa duas morriam imediatamente à frente da Rua Profª. Margarida Vieira Mendes, ou seja, quando a faixa dessa rua entrava na Av. Afonso Costa não só se extinguia como se extinguíam também as duas primeiras faixas da Av. Afonso Costa, e 30 metros à frente a terceira faixa da Av. Afonso Costa passava a ser uma faixa BUS. As duas únicas faixas que subsistiam eram as que vinham a uma cota distinta da Rotunda das Olaias. Isto é, quem entrava pela Rua Profª. Margarida Vieira Mendes, no espaço de 20 metros tinha que atravessar três faixas e ia dar à faixa que vinha da Rotunda das Olaias a uma cota distinta e portanto não era visível para quem conduzia.

----- Em suma, havia quatro faixas que em 30 metros teriam que se juntar todas na faixa que vinha da Rotunda das Olaias, o que era impossível não originar acidentes, pelo que valeria a pena reflectir sobre essa questão, ver com os técnicos da Câmara sobre se face ao privilégio que era dado às duas faixas que vinham da Rotunda das Olaias não deveriam elas a convergir numa e manter a terceira faixa da Av. Afonso Costa prevalecente como faixa central na continuidade da avenida. Portanto, pedia que houvesse atenção da parte dos serviços para que essa situação fosse corrigida, sob pena de daqui a algum tempo terem que lamentar a ocorrência de acidentes, e alguns com alguma gravidade porque a tendência para quem vinha do túnel era poder ganhar balanço porque tinha as suas faixas como prioritárias. -----

----- A terceira questão tinha a ver com a Moção que apresentaram sobre as barreiras arquitectónicas, para dizer que ela era de certa forma complementar em relação à legislação e a um conjunto de medidas para erradicação de barreiras no edificado, portanto privilegiava o espaço público, o espaço de circulação e acessibilidade, e tinha ainda uma segunda componente que era a da intervenção sistemática sobre um território que assegurasse a continuidade e coerência. -----

----- Por exemplo, o desnivelamento dos passeios vinha sendo feito quando havia uma pequena obra num determinado local, do que resultava muitas vezes que era rebaixada uma das extremidades do passeio e no lado oposto ele não estava rebaixado, o que era uma ratoeira para quem estava dependente disso. -----

----- Outra das componentes que consideravam fundamental era calendarizar essa prioridade, isto é, dar-lhe prazo para que isso tivesse aplicabilidade pois não podiam continuar a ter apenas manifestações de intenção e a dizer que estavam muito preocupados com a circulação. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse que atendendo a que o PCP já tinha muito pouco tempo, não iria falar sobre a Moção que apresentaram nem sequer sobre a Saudação e Compromisso que todos os Deputados Municipais tinham em mãos e que estava bastante clara. -----

----- No entanto, desejava salientar que hoje, dia 8 de março, podiam dizer que havia um retrocesso brutal na vida das mulheres. De facto, nos últimos 28 anos tem havido um retrocesso notável, o número de desempregadas aumentara, a discriminação aumentara, os salários baixaram, a mulher estava extremamente pior do que há 28 anos atrás, a situação de pobreza afectava cada vez mais as mulheres, a idade de reforma estava com aqueles problemas gravíssimos, cada vez mais a maternidade era menos apoiada, corriam o risco – era certo que o Governo estava a mudar – do encerramento de maternidades, o que era uma situação gravíssima, os direitos sexuais e reprodutivos não têm sido considerados de facto pelos Governos de há 28 anos a esta parte como direitos humanos fundamentais, mantinham-se as fortes restrições nos serviços públicos de saúde à aplicação integral da actual Lei do Aborto, mantém-se o flagelo social do aborto clandestino, iniciara-se, inclusive, desde há alguns anos a esta parte, um intolerável processo de perseguição judicial às mulheres, e a lei excluía as principais causas que levavam as mulheres a acorrer ao aborto. -----

----- Isso tudo estava explicado com mais pormenor nos textos da Moção e da Saudação de Compromisso, não pormenorizava agora mais porque tinha pouco tempo, mas desejava acabar com uma nota mais positiva, ou pelo menos uma nota que lhes desse alguma nostalgia e também mais força, lembrando um poema da escritora Maria Velho da Costa que, em 1975, sobre as Mulheres e a Revolução, escreveu o seguinte: -----

----- “Elas fizeram greves de braços caídos -----

----- Elas brigaram em casa para irem ao sindicato e à junta -----

----- Elas gritaram à vizinha que era fascista -----

----- Elas souberam dizer salário, creches e cantina -----

----- Elas vieram para a rua de encarnado -----

----- Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água -----
----- Elas gritaram muito -----
----- Elas encheram as ruas de cravos -----
----- Elas disseram à mãe e à sogra ... isso era dantes -----
----- Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua -----
----- Elas foram para as portas d'armas com os filhos ao colo -----
----- Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas -----
----- Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra -----
----- Elas tiveram medo, e foram, e não foram -----
----- Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades abandonadas -----
----- Elas dobraram em quatro um papel que levava lá dentro uma cruzinha laboriosa -
----- Elas sentaram-se a falar, à roda de uma mesa, a ver como podia ser sem os patrões -----
----- Elas levantaram o braço nas grandes assembleias -----
----- Elas costuraram bandeiras o bordaram a fio amarelo pequenas foices e martelos --
----- Elas disseram à mãe: segure-me aí nos cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é -----
----- Elas vieram dos arrabaldes, com o fogão à cabeça, e ocuparam uma parte de uma casa fechada -----
----- Elas estenderam a roupa a cantar: com as armas que temos na mão -----
----- Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens -----
----- Elas diziam e não sabiam para onde iam! Mas iam! -----
----- Elas acendem o lume -----
----- Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado -----
----- São elas que acordam pela manhã as bestas, os homens e as crianças adormecidas” -----
----- Viva o Dia Internacional de Mulher, disse a terminar. -----
----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, novamente no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 1, Saudação e Compromisso, apresentada pelo PCP, disse que o Grupo Municipal do PS era a favor da mudança da lei da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas, a pedido da mulher, e feita nos serviços de saúde pública. Também no privado com certeza quando a lei for alterada. -----
----- Contudo, não sendo jurista sabia que juridicamente não se podia suspender uma lei. E o que é que iria acontecer se anulassem a lei que existia? Se a lei que existia, que tinha a ver com a possibilidade do aborto terapêutico ser feito à mulher até às 22 semanas por más formações congénitas ou outras, o que aconteceria era que ficavam sem lei. -----
----- O que aconteceu – não retirava nada ao que disse e assumia ali como já assumiu publicamente – é que o erro foi ter-se promovido um referendo no Governo do Eng.º Guterres, do PS. Esse foi o erro! A partir da altura em que se fez um referendo que foi

nulo e de nenhum efeito porque não teve a maioria, 50% mais 1 dos eleitores, cometeu-se esse erro. -----

----- Portanto teria que se rever a lei nesse sentido. Custava-lhe dizer isto, mas tinha que aceitar a realidade. Foi contra que se fizesse o referendo, foi contra a manifestação da “permuta”, ou seja a negociação que o então Primeiro-Ministro fez com o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, para que houvesse referendo, porque as mulheres não eram moeda de troca. Disse-o publicamente como o disse então ao Secretário-Geral do seu partido, mas a lei só poderia ser mudada por outro referendo. Foi cometido um erro, tinha que se rever a posição. -----

----- Também a si, como a todos os Deputados Municipais do PS, custava voltar a Setúbal no dia 31 de Março porque as mulheres eram vilipendiadas e humilhadas. Mas esse foi um erro que foi cometido e agora o PS votaria contra o ponto 3 porque só por referendo podia ser mudada a lei, pese embora lhes custasse que tivesse acontecido o que aconteceu. -----

----- Essa foi a realidade. Infelizmente mulheres eram julgadas, mulheres eram condenadas, mulheres eram submetidas e vexadas na democracia do Portugal de 2005. Esse foi um erro e agora teriam que ir para um novo referendo. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que para além do pedido de esclarecimento era também a afirmação à Mesa de que iam mudar a Saudação e Compromisso porque a Deputada Municipal Ana Sara Brito tinha toda a razão já que, efectivamente, não se podia anular a lei. Aquilo que já foi feito na Assembleia da República, pelo menos três vezes, mas que não foi aprovado pelos Deputados anteriores, era no sentido de conseguir uma lei como devia ser, isto é, apenas acrescentar o direito sobre a interrupção voluntária da gravidez segura, feita nos meios hospitalares, etc., etc., toda a gente sabia os termos. -----

----- Portanto, o PCP ia corrigir essa Saudação e Compromisso que de facto tinha esse problema. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, disse que há cerca de três semanas escrevera ao Sr. Presidente da Câmara informando que a partir do dia 1 de Abril a Junta de Freguesia de Benfica deixava de ter condições económico/financeiras para suportar o exercício das competências que a Câmara delegou na Junta, sobretudo nos dois protocolos com maiores custos, concretamente os referentes aos quase 12 hectares de jardins e a Comissão de Menores. -----

----- Antes de anunciar publicamente a todos os fregueses que se corria o risco de ver secar praticamente todos os espaços verdes de Benfica, e antes da Junta vir a ser acusada por deixar de funcionar a Comissão de Menores, que como se sabia abrangia outras freguesias, porque de facto a opção era ou não pagar os encargos da Juntas, actividades da Junta e o pessoal da Junta, ou pagavam as delegações de competências! E aí a opção era só uma: pagar ao pessoal da Junta primeiro. -----

----- Portanto, informava a Assembleia que independentemente de passar para os jornais quanto antes e informar a população de Benfica desta situação, porque isto

nunca aconteceu, era muito dinheiro que estava em causa, a Junta já avançou com três meses de protocolo à empresa que fazia a manutenção dos jardins, já avançou com alguns milhares de contos para a Comissão de Menores, e não tinha capacidade económico/financeira para manter essas delegações. -----

----- Era disso que queria informar a Assembleia, porque não se tratava de qualquer tipo de quezília partidária. Lamentava imenso que isso acontecesse porque não calculavam o esforço que a Junta fazia para ter hoje cerca de 12 hectares de espaços verdes. Demorou 12 anos! -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por saudar as mulheres de todo o mundo pela passagem deste Dia e também as mulheres de Portugal que eram muito mais queridas que todo o resto do mundo, para lembrar que ainda tinham um grande caminho a percorrer. A igualdade em Portugal estava muito mais na letra do que na prática normal da sociedade, a revolução que tinha que continuar a ser feita para assistirem a que o Dia da Mulher, no futuro, pudesse ser uma igualdade plena, ainda exigia de todos um grande trabalho para conseguir a conquista desses espaços que ainda faltavam para as mulheres de todo o mundo, mas no caso concreto para as mulheres portuguesas. Desde discriminações no trabalho a discriminações na vida em casa, a tudo isso ainda se assistia na sociedade portuguesa. E por isso era bom que, nessa matéria, se verificasse o largo consenso que se ia formando em todas as forças políticas na necessidade de se chegar ao ponto que todos queriam, o ponto não apenas da igualdade formal, mas da igualdade real. -----

----- Seguidamente, referindo-se aos protocolos com as Juntas de Freguesia, matéria levantada pelos Deputados Municipais Joaquim Cunha e Fernando Saraiva, disse que era algo que tinha que ser resolvido durante o corrente mês. A Câmara teria que encontrar as justificações que fossem necessárias para que durante o mês de Março todos os protocolos fossem pagos às Juntas de Freguesia. Não se podia permitir – e gostou muito da forma como foi feita a última intervenção – que houvesse qualquer intenção de discriminação em relação às Juntas de Freguesia, mas se havia atrasos que teriam que ser feitos nos pagamentos, então que se fizessem noutras áreas, que não se fizessem às Juntas, até porque esse valor não representava nem de perto nem de longe o maior valor que tinha a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sobre o que foi dito em relação ao indigitado Ministro das Finanças, disse que não queria ter qualquer palavra a dizer sobre essa matéria, até porque achava que no passado se pronunciavam em excesso sobre questões que diziam respeito à governação do PSD, e não gostaria que antes do PS já ter começado a governar que se comesçassem a pronunciar em excesso sobre aquilo que iria ser a governação do PS. ---

----- Relativamente ao Túnel do Marquês, questão ali levantada pelo Deputado Municipal Feliciano David, disse que o Tribunal de Contas estava a acompanhar em permanência a obra do túnel, talvez a única obra da Cidade de Lisboa que nos últimos anos tem um acompanhamento em permanência pelo Tribunal de Contas. -----

----- Quanto às questões dos trunfos ou não trunfos eleitorais, sobre isso não se queria pronunciar. Apenas gostaria de cumprir aquilo que foi uma promessa do PSD, mas teriam ainda muito tempo para se pronunciarem sobre essa matéria. -----

----- No tocante à questão dos feirantes e ao disse que disse e disse que não disse, entendia que era tempo de pararem com isso. Quem dizia devia pôr o nome, quem não dizia não devia pôr o nome de quem dava determinado tipo de informações. Era evidente que os compromissos assumidos com os feirantes não dependiam de quem estava à frente da Câmara Municipal! O compromisso com os feirantes foi determinado pela Assembleia Municipal e quem estava à frente da Câmara tinha pura e simplesmente que o executar. -----

----- Mas porque não gostava do disse que disse. Um dos assuntos muito polémicos que tem sido muito discutido na Assembleia, era a questão da possível vinda ou não do anterior Presidente da Câmara, e ainda hoje Primeiro-Ministro, para a Câmara Municipal. E a especulação poderia ser feita à vontade, quem a quisesse fazer sem pôr o nome apenas a ele diria respeito, era uma maneira de estar na vida, havia uns que gostavam de falar como fontes, havia outros que, como ele próprio, gostavam de falar e com o nome em cima da mesa quando tinham que se pronunciar. -----

----- Agora, havia esclarecimentos que eram devidos a uma Assembleia como esta. E o esclarecimento que era devido era de uma dupla natureza: a primeira era que a maioria que ganhara as eleições reconhecia, como era óbvio, que havia toda a legitimidade do actual Primeiro-Ministro para se quiser voltar o poder fazer, era algo que não era questionável em nenhuma parte do mundo, por conseguinte não poderia ser questionável na Cidade de Lisboa; a segunda, era que não houvesse dúvidas nenhuma que para todos os Vereadores do PSD, sem excepção, se o actual Primeiro-Ministro quiser voltar às suas funções na Câmara ele será bem-vindo, até porque isso permitiria uma coisa na vida política portuguesa que era quando fossem a julgamento fossem todos a esse mesmo julgamento. -----

----- Portanto, quem quisesse pensar ao contrário provavelmente teria algum desrespeito pela democracia. Agora, em nome dos Vereadores do PSD só falavam eles próprios, e pediam à comunicação social que não voltasse a fazer notícias sobre “consta-se que este ou aquele Vereador poderá não estar de acordo”. Quando não havia nomes era uma forma de cobardia e a política não podia continuar a viver com esse tipo de posições. -----

----- Por isso, desejava terminar com esse “conta-se que” para que não constasse mais. Tinham um projecto, tinham um Presidente da Câmara agora, mas se alguém quisesse voltar à Câmara seria bem-vindo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, depois de cumprimentar o Sr. Vice-Presidente pela sua intervenção, disse que havia ali uma grande coincidência, só uma coincidência, que era sempre que o Sr. Vice-Presidente da Câmara estava o Sr. Presidente da Câmara não estava, e quando o Sr. Presidente da Câmara estava o Sr. Vice-Presidente não estava. Esperava que fosse apenas uma coincidência. -----

----- Disse, depois, que notaram pela intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara que o PSD estava nervoso, e estava nervoso porque, evidentemente, tratava-se de mais uma alteração ao funcionamento da Câmara com regresso do actual Primeiro-Ministro, que evidentemente o PS não questionava nem nunca questionou porque ele ganhou as eleições e portanto o lugar era dele, estava dentro da lei, mas muito naturalmente já todos puderam constatar, na própria comunicação social, vozes do PSD – até de um Vereador se não estava em erro – que manifestaram desacordo com o regresso do Sr. Primeiro-Ministro à Câmara Municipal, e já ouviram ali na Assembleia o actual Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, anunciar a sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, estavam ali numa grande confusão. Era mais uma trapalhada, talvez involuntária sabia-se lá, criada pela Câmara, mas o que era preciso é que a Cidade de Lisboa não pagasse por isso. -----

----- E aquilo que o PS iria fazer era ajudar o PSD a terminar o seu mandato com dignidade, e fosse qual fosse o Presidente da Câmara também estariam disponíveis para ajudar a que terminasse o mandato com dignidade e não estragassem mais do que aquilo que já estragaram na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder à questão colocada, disse que o Deputado Municipal Coelho falou no nervosismo do PSD. E era verdade, o PSD estava nervoso: saiu de uma eleição que perdeu, tinha que tirar ilações disso, tinha que pensar no seu futuro, e portanto tinham algum nervosismo. Era verdade, não o escamoteavam! Mas não esperava talvez ele que a hipotética vinda, porque de uma hipotética vinda estavam a falar, do Dr. Santana Lopes para a Câmara, depois de uma tão esmagadora maioria do PS, os pudesse deixar tão nervosos que não conseguiram resistir à “tentaçõzinha” de vir meter uma pequena alfinetadela. -----

----- Mas a verdade, ainda que de uma forma parlamentar bastante bem elaborada, não podia ser posta em causa. Não podiam continuar – e atenção que isso virava-se contra todos – a fazer intervenções com base no “consta-se”. Nem valia a pena trazer à colação um Sr. Vereador do PSD que disse não sabia o quê! É que não disse, ele respondeu de uma maneira e a comunicação social pôs de outra. Porque quando dizia que eram todos, eram mesmo todos os Vereadores do PSD. Não retirara nenhum nome, disse todos! Portanto eram todos, não era excluído o Vereador Moreira marques que era aquele a quem o Deputado Municipal Miguel Coelho queria fazer referência. -----

----- Teriam que atingir uma dimensão um pouco superior a isso, porque se dizia que eram todos foi porque ele efectivamente lhe disse a si que tinha dito aquilo que disse, como era óbvio. Aliás, o Deputado Municipal Miguel Coelho já o conhecia o suficiente para saber que ele não iria ali fazer uma afirmação dessas se não tivesse a certeza daquilo que estava a dizer. -----

----- Quanto às trapalhadas e que o PS estava preocupado e queria ajudar o PSD a terminar bem o seu mandato, dizia-lhe que ajudasse. Depois de dois anos e meio ajudara-os a fazer aquilo que não tinha feito antes que foi viabilizar o Parque Mayer,

mas que ajudasse também a acabar o túnel, a acabar as escolas e os espaços verdes, que depois o PSD, quando tivesse que ser julgado, aceitaria esse julgamento e o veredicto do povo de Lisboa. Mas, sinceramente, continuavam com uma certeza absoluta: é que daquilo que foi o programa eleitoral já muito pouco faltava para o cumprir na íntegra. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que as intervenções do Sr. Vice-Presidente, sempre muito habilidosas no bom sentido, apesar de tudo não escondiam a realidade. O PSD estava nervoso e quando as coisas corriam mal desculpava-se com a comunicação social. Fazia-lhe lembrar aquele episódio recente em que se desculpavam com os portugueses que respondiam às sondagens. Portanto, havia aí algum nervosismo que gostavam de registar. -----

----- Disse, depois, que como o Sr. Vice-Presidente sabia o PS sempre foi uma oposição criticamente construtiva, porque, de facto, não tinham a apontar ao PS a inviabilização de qualquer projecto de fundo que quisessem fazer na Cidade de Lisboa. Estavam contra o túnel e fizeram uma proposta alternativa, competindo à Câmara aceitar ou não essa proposta alternativa que era o desnivelamento dos cruzamentos, e aquilo que o Dr. Santana Lopes não conseguira em três anos que foi resolver o problema do Parque Mayer, conseguiu o PS graças ao sentido de diálogo do Prof. Carmona Rodrigues, que ali queria reconhecer publicamente, porque aceitara retirar uma má proposta para aceitar todas as boas propostas que o PS fez. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, em resposta à última intervenção, referindo-se à afirmação de que o PSD acusava a comunicação social, disse que não acusou ninguém porquanto não falara para a comunicação social. Falou, com o respeito que a Assembleia lhe merecia, aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal, foi ali que o ouviram dizer qual era a posição de todos os Vereadores do PSD, sem excepção, em relação à matéria que expôs. -----

----- Quanto à questão do Parque Mayer disse que sabiam que tinham razão, mas também sabiam que tinham que fazer dois pinos e três *fliks-flaks* para conseguir a aprovação porque isso estava perfeitamente programado da parte do PS, porquanto o PS sabia que se tivesse aprovado a questão do Parque Mayer há dois anos e meio atrás quando fossem as eleições a Câmara teria o Parque Mayer em obra e a andar de vento em popa. Agora já não era problemático! O que o PS não quis foi ficar ligado a uma responsabilidade que era não ter permitido que o Parque Mayer fosse feito. Portanto arrastaram essa questão no tempo o mais possível para depois aprovar numa determinada altura, porque quando os projectos eram bons a verdade vinha ao de cima e em termos eleitorais seria impensável. -----

----- Agora, quem é que trouxe o Arqtº Frank Ghery que foi tão contestado pela oposição? Foi o PS? Mas na altura certa iriam ter muito tempo para discutir o Parque Mayer, para discutir os metros quadrados que estavam na primeira proposta e os metros quadrados que o PS aceitou agora. -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, disse que não questionava se os Srs. Vereadores

estavam ou não nervosos, mas minimamente estariam pouco atentos ou então esquecidos. -----

----- É que – recordou – colocou ali a questão relativa ao Cinema Europa, que poderia ser uma questão menor para o Executivo, e logo seria mais visível trazer para ali a discussão do Parque Mayer, mas efectivamente pedira à Sra. Vereadora que informasse qual era a posição da Câmara em relação ao licenciamento daquele espaço, e se a Câmara estaria disponível para aceitar o tal projecto melhor que previsse a demolição do edifício. -----

----- Pediu que fosse dado um esclarecimento sobre a matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, disse que o PSD estava mesmo nervoso, estava zangado com o País, estava zangado com os portugueses, estava zangado com a comunicação social e denotava-se isso pela intervenção do Sr. Vice-Presidente. Mas estava convencido que daqui a 15 dias já teria passado, aliás com as alterações que iam ter no Executivo da Câmara iria tudo ser ultrapassado rapidamente.

----- Mas o primeiro esclarecimento que pedia era quais foram os momentos que o PSD podia apontar ao PS em que tivesse havido uma posição de bloqueio na Assembleia a uma iniciativa importante da Câmara Municipal para Lisboa! Não tinham um único para apontar! -----

----- Por outro lado, perguntava também se o Sr. Vice-Presidente estava ciente da diferença das propostas que foram feitas para o Parque Mayer inicialmente e aquelas que foram aprovadas agora! Achava que o Sr. Vice-Presidente, como esteve em campanha eleitoral, portanto esteve um mês sem ali aparecer e naturalmente sem acompanhar os *dossiers* da Câmara Municipal, a não ser eventualmente dando alguma sugestão para algum *outdoor* de apoio à campanha do PSD, enfim isso eram contas de outro rosário, mas tirando isso o Sr. Vice-Presidente esteve distraído e portanto não tinha consciência daquilo que estava em cima da mesa e daquilo que foi aprovado. ----

----- Portanto, o que esperavam agora era que o PSD serenasse, que resolvesse o problema da Presidência da Câmara, que não era do PS, para o PS era indiferente. Ainda bem que regressava o Dr. Santana Lopes, que tinha todo o direito de regressar, se ficasse o Prof. Carmona Rodrigues também ainda bem que ficava porque exercera o tempo do seu mandato com dignidade, eram duas faces da mesma moeda, como disse há pouco a cidade andara para trás com um e com outro, talvez mais dialogante o Prof. Carmona Rodrigues, mas a verdade era que havia ali indefinições muito grandes. -----

----- O Sr. Prof. Carmona Rodrigues ficava ou ia-se embora com o regresso do Dr. Santana Lopes? O Sr. Vereador que tinha o Pelouro das Finanças mantinha-se ou ficava com o regresso do Dr. Santana Lopes? O Sr. Vereador Moreira Marques ficava ou saía, as declarações eram dele ou a culpa era da comunicação social? -----

----- Quando se perdia muitas vezes alguns tinham sempre tendência para dizer que a culpa foi dos outros, era altura do PSD fazer alguma autocrítica, na perspectiva até das virtualidades democráticas, porque o País precisava do PSD, muito naturalmente. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, disse que não estava muito preocupado com o facto do Dr. Pedro Santana Lopes voltar ou não voltar à Câmara, porque aquilo que mais preocupava os Presidentes de Junta neste momento eram problemas existentes nas suas freguesias, nomeadamente o facto de algumas delas já no final deste mês não terem condições de pagar salários aos seus trabalhadores. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Vice-Presidente da Câmara referiu que até ao final do mês o pagamento dos protocolos deveria estar regularizado, mas havia uma outra preocupação. No ano passado, depois de uma grande luta das Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente aprovaram um protocolo de descentralização de competências na área das pequenas reparações em habitações particulares. Na boa-fé, alguns Presidentes de Junta começaram a fazer pequenas obras em casas particulares, e o que era facto é que passaram o ano de 2004 sem que esses valores tivessem sido negociados, pelo que perguntava se para 2005 essas questões seriam clarificadas e os dinheiros seriam transferidos conforme a informação que o Sr. Vice-Presidente deu à Assembleia. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder à questão do Cinema Europa colocada pelo Deputado Municipal Lourenço Bernardino, disse que em 1997 o anterior Presidente da Câmara não só não exercera o direito de opção relativamente à compra do Cinema Europa, como também aprovara um projecto que pressupunha a demolição. Esse projecto não foi para a frente e entretanto já foram apresentados mais dois projectos e ambos foram chumbados. -----

----- Era intenção da Câmara – mas dependeria isso do valor do edifício – começar a negociar que parte do edifício fosse transformado em silo porque o estacionamento era uma necessidade absoluta em Campo de Ourique, e a outra ser uma parte cultural. Mas para isso, acentuou, era preciso que os proprietários aceitassem e que a Câmara arranjasse um lote de terreno para permutar e que eles também aceitassem. -----

----- Por outro lado, o PDM classificara a área do Cinema Europa não como um equipamento mas como uma área de habitação consolidada com o índice dois, o que fazia com que o valor do cinema subisse substancialmente por não ser um equipamento mas sim aí poder ser construído um edifício de habitação. -----

----- Portanto, em termos de PDM era aquilo que referiu, e quanto ao direito de opção a Câmara poderia tê-lo exercido mas não o exerceu, depois apareceu um projecto que já estava arquivado atendendo ao tempo que entretanto decorrera, mas era um facto que havia direitos dos proprietários nesse sentido. Agora estavam a tentar resolver o problema de outra maneira, mas efectivamente havia direitos adquiridos dos anteriores proprietários. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que, como já ali tinha referido noutra altura, a Câmara, dentro do tempo que tinha para responder, escolhia as perguntas que considerava mais importantes para poder dar resposta. -----

----- Depois, em relação aos protocolos, disse que não valia a pena irem muito mais longe. Sabia qual era o atraso que havia nos pagamentos dos protocolos quando esta

Câmara tomou posse, sabia qual era a situação neste momento e sabia também que embora eles estivessem este ano com algum atraso, esse atraso era todavia muito inferior ao que havia no passado. Mas mais importante que fazer nesta altura qualquer polémica sobre esta matéria, era saber se eles iriam realmente ser pagos ou não, e nesse sentido podia dizer que a Câmara considerava absolutamente prioritário que esse pagamento se fizesse, e por isso iriam agilizar todos os processos que pudessem não estar feitos neste momento para que as Juntas não tivessem problemas. -----

----- Disse que a luta política tinha muito sítio para ser feita, não tinha que ser feita, sinceramente, nos protocolos com as Juntas, pelo que da sua parte não estava na disposição para fazer o combate político porque tinha outras matérias para debater politicamente, nomeadamente a que ia responder ao Deputado Municipal Miguel Coelho, porque lhe dava muito mais prazer do que escolher essas matérias. -----

----- Referiu, então, que apenas queria lembrar ao Deputado Municipal Miguel Coelho que não estava mesmo zangado, porque eram 30 anos de vida política, eram 30 anos de ver a roda a subir e a descer. Ainda há pouco tempo – isto apenas para lembrar, para verem como é a vida – concretamente em 1991, tinha o PS um resultado desastroso, tinha apenas 72 Deputados na Assembleia da República. E quem era o elemento que se candidatou pelo PS? Era o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa! Pela primeira vez a direita em Portugal chegara aos 51%, e o PS teve 29% que lhe deram 72 Deputados e o PSD tinha 75 Deputados agora. Mas depois esse “infeliz” que teve essa desgraça, além de ser Presidente da Câmara ainda fizeram dele Presidente da República. -----

----- Portanto, aconselhava que vissem bem como era a vida a rolar, como era a política, e aqueles que tinham memória curta era bom que tivessem cuidado porque eram todos muito novos e se a vida lhes der saúde ainda estarão ali todos para demonstrar que não estavam zangados e alguns até achavam mesmo alguma graça a certo tipo de afirmações. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções do PAOD, disse que se ia passar à votação das moções informando que as n.º 1, 2, 4 e 5, seriam votadas ponto por ponto, e que o proponente da Moção n.º 1 entregou na Mesa uma alteração ao ponto 3 da parte resolutiva, que ficou com a seguinte redacção: -----

----- “3. Colocar aos Deputados na Assembleia da República a necessidade de adequar a actual legislação sobre as situações em que é permitida a interrupção voluntária da gravidez que obriga à existência de aborto clandestino e que ao mesmo tempo julga e humilha publicamente as mulheres acrescentando o direito de o fazerem nas primeiras doze semanas de forma segura e em meios hospitalares afim de que as gerações mais jovens possam ter filhos com alegria e por escolha consciente;” -----

----- (Nota: esta alteração já está integrada no texto da Moção, transcrito nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia). -----

----- Seguidamente iniciou o processo de votação. -----

----- A **Moção n.º 1**, que era uma Saudação e Compromisso, subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 2, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por unanimidade. -----

----- Rejeitar o ponto 5, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós lamentamos o facto de numa altura destas, em que se comemora o 8 de Março, se esconder uma Moção tão importante como esta. O facto de não se publicar na comunicação social significa que fica escondida no seio da Assembleia Municipal. Nós, PCP, iremos fazê-lo, iremos divulgá-la porque achamos que é extremamente importante.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “Gostava de fazer, em nome da bancada do Partido Socialista, uma verdadeira declaração de voto. -----

----- Queríamos-nos congratular pelo facto de ter sido possível gerar um consenso à volta desta proposta, que permitisse a aprovação dos seus pontos fundamentais. Pareceu-nos que a abertura de espírito que o PCP revelou no sentido de permitir a aprovação é muito importante e merece ser realçado. -----

----- É evidente que do nosso ponto de vista, o nosso intuito desde a primeira hora era que a proposta fosse aprovada, não havia aqui qualquer objectivo de reprovar a proposta. E, portanto, queríamos manifestar aqui a nossa preocupação porque a luta que se pretende transmitir através desta Moção é uma luta que o PS partilha, defende e propugna, e vai continuar a propugnar em todos os sentidos, obviamente na Assembleia da República, mas também batendo-nos quando for necessário, quando for possível e quando for o seu devido tempo, ou seja, para que o referendo que vai ter que ser realizado seja aprovado. -----

----- Este é um compromisso da bancada do PS e queríamos-lo fazer aqui. -----

----- Por último queria dizer que estas querelas menores sobre as publicações ficarão para outra altura.” -----

----- A **Moção n.º 2**, subscrita pela Deputada Municipal Graça Mexia, do PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 5, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 6, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 3**, que era uma recomendação subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV. -----

----- A **Moção n.º 4**, que era uma Resolução subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: --

----- Rejeitar o ponto 1, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- A votação dos pontos 3 e 4 não se efectuou devido à rejeição dos pontos anteriores. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A declaração de voto que queria fazer em nome da bancada do Partido Socialista, é a seguinte: -----

----- Tal como referi na declaração de voto que tivemos oportunidade de fazer a propósito da Moção apresentada pelo PCP sobre a mesma matéria, gostávamos de reassumir um compromisso, um compromisso que é público, mas um compromisso que é para cumprir, que é um compromisso com o eleitorado, designadamente com as mulheres mas também com os homens que sobre esta matéria querem, e devem, acompanhar esta problemática. -----

----- O PS assumiu o compromisso, que vai honrar certamente, de querer resolver este problema que é um drama da sociedade portuguesa, e é um drama cuja data já deveria, obviamente, obrigar a termos tomado uma solução. -----

----- É evidente que, a partir do momento em que houve a realização de um primeiro referendo sobre esta matéria, não pode haver qualquer alteração legislativa em Portugal que não seja decorrente também da realização de um referendo sobre essa mesma matéria. O PS assumiu um compromisso, que é o compromisso de realizar o mais rapidamente possível um referendo sobre esta matéria, um referendo para alterar a lei da interrupção voluntária da gravidez, e aquilo que queríamos assumir convosco aqui, hoje, era reiterar o nosso compromisso de fazer tudo aquilo que for possível para, por um lado, que a realização do referendo seja o mais rápido possível, e, por outro, muito mais importante de que o ‘quando’ é o ‘como’. Ou seja, que o referendo seja disputado em condições de ser vencido, muito mais importante que fazer um referendo amanhã é fazer um referendo daqui a três meses, seis meses ou um ano, mas em que nessa altura estejam reunidas as condições para ele ser aprovado, para ele ser vencido, e para dessa forma alterar a qualidade de vida de muitas mulheres que têm sido vítimas desta lei.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É para declarar que o Bloco de Esquerda considera que não é obrigatório haver um referendo para resolvermos o problema da lei. No entanto, estamos de acordo que

haja um referendo se isso puserem como condição para retirar o argumento daqueles que dizem que é preciso um referendo. -----

----- A haver é para ser vencido, e queremos condições para ser vencido, só que antes de ser vencido um referendo é nossa opinião que é preciso que seja autorizado. E vamos ter em Portugal uma situação política particular, que é que a partir de Janeiro do ano que vem vamos ter um outro Presidente da República e ainda não sabemos quem. E para haver referendo é preciso que esse Presidente autorize! Temos neste momento tudo na mão para resolver o problema, ficamos a perguntar por que é que não é possível haver condições para resolver esse problema da lei neste momento actual. -----

----- É por isso que temos esta posição.” -----

----- A **Moção n.º 5**, que era uma Resolução subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: --

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PEV, BE e 1 Deputado Municipal do PSD, votos contra do PS, PPM e 4 Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PPM, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 3, por maioria, com votos contra do PCP e PS, votos favoráveis do PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PEV e BE, votos contra do PS e PPM, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 5, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do PPM votou sistematicamente contra estas propostas, por entender que é matéria que foge ao âmbito desta Assembleia, sobretudo tendo em conta que o indigitado Ministro nem sequer tomou posse nem apresentou quaisquer programa geral de actuação. -----

----- O que se pode questionar, mas não é a esta Assembleia que isso cabe, é a sagacidade do Ministro que fazia declarações à revelia do que pensa o Primeiro-Ministro. Mas isso é uma questão entre o Primeiro-Ministro e esse Ministro.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A declaração de voto do Bloco de Esquerda é no sentido que não percebemos as considerações contra esta Moção, porque no dia 20 de Julho de 2004 apresentamos uma Moção em tom semelhante a esta, dizendo no ponto 1: ‘Manifestar a nossa clara oposição a uma anunciada intenção de alterar a política sobre os passes sociais, pretendendo passar a diferenciar o custo dos passes sociais’. Esta Moção foi aprovada com os votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE. -----

----- Aliás, na acta dessa reunião da Assembleia Municipal, sobre essa Moção, que era apenas também um anúncio ouvido na comunicação social, lia-se: ‘O Deputado

Municipal Miguel Coelho (PS), no uso da palavra, começou por saudar o BE por ter trazido este ponto à discussão, autonomizando-o num certo sentido'. E referia mais à frente: 'Por isso, sobre o passe social estavam confrontados com uma situação que não sabiam se era para ser levada a sério ou se era para se divertirem um bocado com ela, porque o Deputado Municipal Carlos Marques já ali disse, de uma forma correcta e brilhante como era seu costume, que isso não era exequível'. -----

----- Ou seja, queremos dizer, como declaração de voto, que não temos dois pesos e duas medidas. Quando uma notícia vem a público que pode pôr em causa a situação dos cidadãos, e que se quer com isso começar a preparar um ambiente, nós tomamos a atitude pública de tentar quebrar de imediato essa posição, porque isso tem a ver com os cidadãos da Cidade de Lisboa, seja qual for o Governo que esteja no poder ou indigitado." -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- "Quero anunciar a declaração de voto do Partido Socialista sobre esta Moção porque nos parece que é absolutamente inaudito que o Bloco de Esquerda tenha apresentado esta Moção, e sobretudo a justificação que procurou dar, quer no debate, quer agora na pseudo declaração de voto, que é desonesta intelectualmente. -----

----- Eu gostaria de dizer que é evidente, do nosso ponto de vista, que neste momento não há Ministro das Finanças, o indigitado Ministro das Finanças, como foi dito, nem sequer ainda tomou posse como é bom de ver e, aliás, como o próprio texto indicia apenas foi o seu nome apresentado ao Senhor Presidente da República para tomar posse no próximo sábado, como sabemos todos. -----

----- Portanto, esta intenção do Bloco de Esquerda de fazer aprovar uma Moção, usando apenas uma parte, truncada ainda por cima, das declarações do futuro Ministro das Finanças, é uma coisa manifestamente desonesta, intelectualmente desonesta. -----

----- E eu apetecer-me-ia dizer uma coisa que é uma recomendação ao Sr. Deputado Municipal Carlos Marques. O Sr. Deputado Municipal Carlos Marques utiliza muito o termo populismo, e utiliza bem! E eu, uma coisa que lhe queria dizer, e que já lhe disse particularmente e queria dizer-lhe frontalmente, olhos nos olhos, é que o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques e o Bloco de Esquerda não caíam na tentação de utilizar o populismo de esquerda." -----

----- Nesta altura o **Senhor Presidente** deu a palavra ao Deputado Municipal Carlos Marques para defesa da honra, mas quando este se preparava para usar da palavra disse-lhe que não o podia fazer porquanto esteve a consultar o Regimento e não havia nada que permitisse o uso dessa figura regimental em relação a uma declaração de voto, tendo o **Deputado Municipal Carlos Marques** concordado dizendo que não era hábito nos debates da Assembleia falar-se das desonestidades intelectuais ou não intelectuais de quem quer que fosse. Mas se não podia fazer agora a defesa da honra naturalmente a Mesa entenderia que a fizesse noutra altura em que assim o entendesse. -----

----- Prosseguindo a votação, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a **Moção n.º 6**, subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vítor Wengorovius. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Proposta 20/2005** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 42/2005** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 3 – Proposta 96/2005** -----

----- **Ponto 4 – Viagem a Beijing e Macau - Proposta de delegação da Assembleia composta pelos membros da Mesa.** -----

----- **O Senhor Presidente**, tal como havia anunciado no início da reunião, antes de abrir o período da Ordem do Dia interrompeu os trabalhos para se fazer o lançamento das duas publicações da Assembleia Municipal, concretamente “Lisboa, Planear e Viver” e “A Cidade de Lisboa e a Água.” -----

----- Decorrido algum tempo, feito que estava o lançamento das aludidas publicações, declarou reaberta a reunião, entrando-se no período da Ordem do Dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 20/2005 – APROVAR A TRANSFERÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA DA GESTÃO URBANA SOBRE TODA A ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO RESULTANTE DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DE INTERVENÇÃO DA EXPO 98 E SEUS PLANOS DE PORMENOR, ASSIM COMO APROVAR O MONTANTE DE VALOR EM DÍVIDA DO MUNICÍPIO À PARQUE EXPO S.A. E ACEITAR QUE PARTE DO PAGAMENTO DO SALDO EM DÍVIDA POSSA SER SATISFEITO POR ENTREGA DO MONTANTE DA TAXA MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TRIU), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1, ALÍNEAS A) E B) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4, DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 20/2005 -----

----- “Considerando que a realização da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 permitiu fazer o reordenamento urbanístico da respectiva zona de intervenção, tal como consta delimitada através do Decreto-Lei n.º 87/93 de 23 de Março, tarefa que foi prosseguida, após a Exposição, pela respectiva Sociedade Gestora, a quem foram conferidos poderes especiais, no âmbito do planeamento urbano; -----

----- Considerando que a área de intervenção era constituída por terrenos carecidos de trabalhos especiais de limpeza, descontaminação e infra-estruturação, com custos excepcionais, em relação a promoções com idêntica área e diferente localização, que a Parque Expo executou integralmente; -----

----- Considerando que estes procedimentos, desenvolvidos ao abrigo dos referidos poder especiais, decorrentes do Decreto-Lei n.º 354/93 de 9 de Outubro, tiveram o

enquadramento dos normativos gerais aplicáveis e a intervenção do Município, que se pronunciou, aprovando as soluções propostas; -----

----- Considerando que dada a afectação especial da zona e o carácter inovador da intervenção no que respeita a infra-estruturas, equipamentos e arranjo de espaços exteriores, houve necessidade de fazer um esforço financeiro suplementar, de construção, conservação e manutenção, que não é legítimo que seja suportado pela indicada Sociedade, já que revertem por inteiro para a cidade, tornando o espaço num local apazível e de qualidade superior. -----

----- Considerando que, para além da renovação urbana de qualidade de uma zona carecida, esta intervenção permitiu ao Município a percepção de um conjunto de receitas, antes totalmente inexistentes, provenientes de taxas e derramas, que se estima poderem cobrir não só os custos de gestão como o próprio pagamento da infra estruturação; -----

----- Considerando que, esgotados os poderes excepcionais da Sociedade gestora – Parque Expo SA – em 31 de Dezembro de 1999, há necessidade de regular em definitivo os termos da intervenção municipal em toda a área, tendo em conta o abandono do modelo de gestão aprovado pela Deliberação n.º 88/AM/01, sendo que não há justificação para a manutenção do protocolo celebrado em 1998/09/24 com vista à gestão urbana, que foi concebido para ter uma duração apenas transitória; -----

----- Considerando, que a determinação do valor de infra-estruturas e equipamentos resultou de negociações que, decorrendo desde 1998, foram consolidadas na Deliberação n.º 88/AM/01, bem como o custo de referência da própria gestão urbana até esse momento, igualmente objecto de apreciação de comissão nomeada para o efeito; -----

----- Considerando que, neste caso, foi dada sequência ao trabalho de verificação e conferência da facturação posterior, tendo como pressuposto a manutenção dos critérios aprovados pela indicada comissão, cujo resultado veio sendo conhecido e sancionado, pelo que têm condições de aceitação para se proceder a acerto de contas em relação às verbas despendidas e adiantadas pela Parque Expo SA ao longo do tempo, ao abrigo do mencionado protocolo; -----

----- Considerando, por outro lado, que se encontram por regularizar os adiantamentos em relação a custos de construção e expropriações relativas a obras que o Município tinha obrigação de executar, por constituírem acessibilidades indispensáveis à zona de intervenção e local da Exposição Mundial, cuja responsabilidade decorre de protocolos assinados e foram financiadas pela Parque Expo SA, em razão da urgência motivada pela sua programação; -----

----- Considerando não ser legítimo protelar por mais tempo o acerto de contas, havendo vantagem em incluir em acordo global todo o relacionamento financeiro, o que torna possível acertar uma forma de pagamento escalonado e de conteúdo variável à Parque Expo, SA, deduzindo no montante total a verba imputável a pagamento da TRIU devida pelas promoções imobiliárias executadas até ao final do período excepcional de gestão (Dezembro de 1999), apurada esta com um AE resultante da

medição das construções existentes antes da intervenção no local, de acordo com as afectações de uso respectivas; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, -----

----- Nos termos das alíneas c) do n.º 2, a) do n.º 6, b) e d) do n.º 7 do artº 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, aceitar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 e b) do n.º 4 do artº 53º da mesma Lei: -----

----- 1 – Aceitar a transferência para o Município de Lisboa da gestão urbana sobre toda a área de domínio público resultante do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98 e seus Planos de Pormenor, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a concretizar mediante auto de recepção, em que os vários tipos de espaço sejam individualizados e caracterizados em planta, bem assim identificadas as infra-estruturas construídas, o mobiliário urbano, peças de arte e demais equipamento urbano, em pleno uso e funcionamento a transferir livres de quaisquer ónus ou encargos. -----

----- A transferência da gestão será acompanhada da cessão dos contratos e respectivas garantias em vigor, que serão objecto de análise e reconfiguração pelo Município. -----

----- 2 – Aprovar o montante de valor em dívida do Município à Parque Expo, SA, resultante de intervenções desta Empresa na Zona de Intervenção da Expo 98 – actual Parque das Nações – e seus acessos, cuja responsabilidade competiria, total ou parcialmente, ao Município de Lisboa que totaliza € 155 054 089,57 (cento e cinquenta e cinco milhões cinquenta e quatro mil e oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), correspondentes às seguintes acções: -----

----- 2 – 1 – Valor fixado pela Deliberação 88/AM/01 pela transmissão de bens e infra-estruturas a que se refere o número anterior: € 85 756 478,57 (oitenta e cinco milhões setecentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e setenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos); -----

----- 2 – 2 – Intervenções protocoladas em arruamentos e vias públicas, com vista ao seu reperfilamento ou rectificação, para dotar a zona de acessibilidades adequadas: € 18 304 296,00 (dezoito milhões trezentos e quatro mil duzentos e noventa e seis euros); -----

----- 2 – 3 – Expropriações necessárias à construção destes arruamentos e Gare Intermodal de Lisboa (GIL), conforme protocolos assinados: € 18 785 782,00 (dezoito milhões setecentos e oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e dois euros); -----

----- 2 – 4 – Custos de gestão urbana da área do Parque das Nações relativos aos anos de 2000 e 2004, assumida a título provisório, mediante protocolo: € 32 207 533,00 (trinta e dois milhões duzentos e sete mil quinhentos e trinta e três euros); -----

----- 3 – Aceitar que parte do pagamento do saldo em dívida possa ser satisfeito por entrega do montante da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas (TRIU), relativa a todos os projectos licenciados até ao fim do período em que vigoraram poderes excepcionais da Parque Expo, SA, fixando-se, para efeitos de apuramento da Taxa em toda a zona de intervenção, como valor de Área Existente

(AE) um valor global bruto previamente ponderado pelos usos existentes à data da intervenção de 21%, a aplicar aos novos usos previstos em Plano. -----
----- De acordo com listagem anexa, o valor não pago é de € 10 580 649 (dez milhões quinhentos e oitenta mil seiscentos e quarenta e nove euros). -----
----- Condições de acordo -----
----- 1 – Os valores globais foram apurados sem previsão de incidência de IVA, que poderá ser acrescido, no que respeita ao ressarcimento das verbas relativas a gestão urbana, se devido. -----
----- 2 – O pagamento será feito em 36 prestações semestrais de igual valor, devidas a 15 de Março e 15 de Setembro de cada ano, com um período de carência de 2 anos, vencendo-se a primeira a 15 de Março de 2007. -----
----- 3 – O pagamento poderá ser efectuado em dinheiro ou espécie, por entrega de direitos de que o Município seja detentor ou através de dação de terrenos de construção, com edificabilidade definida e preço avaliado por entidade idónea e a sua transmissão aprovada, caso a caso, em Assembleia Municipal. -----
----- 4 – Sobre os montantes em dívida a cada momento e a partir da data da transferência da gestão urbana prevista no n.º 1, incidirão juros, contados dia a dia, calculados à taxa EURIBOR anual. -----
----- Em caso de mora no pagamento de qualquer prestação, acrescerá uma sobretaxa de 2% ao ano. -----
----- 5 – O montante em dívida, total ou parcial, será passível de cedência a terceiros, nos termos e formas que a Parque Expo, SA entenda mais aconselháveis. -----
----- Acerto de contas com a Parque Expo, AS -----
----- Nota explicativa -----
----- Decidida a realização da Exposição Mundial de Lisboa (EXPO 98), o Decreto-Lei n.º 87/93 de 23 de Março fixou a respectiva ‘zona de intervenção’, posteriormente declarada de interesse público nacional, “como instrumento de reordenamento urbano da zona oriental do município de Lisboa...”, como expressamente refere o art.º 1º do Decreto-Lei n.º 354/93 de 9 de Outubro. -----
----- Por este facto, foi decretada a aplicação à zona dos instrumentos legais adequados, bem como conferidos poderes especiais à respectiva sociedade gestora, a Parque Expo, SA. -----
----- Esses poderes – que cessaram a 31 de Dezembro de 1999 – compreendiam não só a iniciativa de elaboração dos planos e projectos necessários, como também a intervenção directa no espaço definido e áreas limítrofes. -----
----- A actuação da Parque Expo foi sempre desenvolvida em colaboração com a Câmara Municipal, sendo que a urgência determinada pela abertura da Exposição e a necessidade de manter a zona, após o seu encerramento, de acordo com o padrão de vivência e qualidade criado, determinou que a Sociedade financiasse as acções necessárias para o efeito, algumas das quais de responsabilidade municipal. -----
----- Proceda-se agora ao balanço do esforço financeiro efectuado, após algum tempo de negociação e conferência de despesas apresentadas, tendo em vista a assumpção

pelo Município de efectiva gestão sobre a área, ora encarada como uma parte do território do Concelho, sujeita a regras idênticas ao restante. -----

----- Enunciam-se sumariamente os dossiers em aberto -----

----- 1 – Gestão Urbana -----

----- O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98, definiu algumas regras inovadoras quanto ao funcionamento das infra-estruturas, designadamente no que respeita à criação de uma galeria técnica, determinantes por si de formas de uso e gestão diferenciadas. -----

----- Igualmente, em razão do uso a afectar ao espaço, criou amplas zonas de lazer e equipamentos especiais, que o converteram numa área de qualidade e vivência urbana de padrão elevado. -----

----- É igualmente de ressaltar que a escolha da localização da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, se traduziu na recuperação de uma vasta área da cidade, com custos elevadíssimos, designadamente no que respeita à deslocalização de Empresas nela sedeadas, bem como aos trabalhos necessários para a sua descontaminação – o que sempre constituiria um custo acrescido quanto se fizesse intervenção local de outra natureza. -----

----- Estes motivos justificam a assumpção pela Câmara de parte do esforço financeiro relativo à urbanização, o que foi já consumado através da Proposta n.º 432/CM/01, que originou a Deliberação 88/AM/01 e cujo resumo se sumaria nas listagens de bens a entregar ao Município, a título gratuito e oneroso. -----

----- Com o objectivo de dar continuidade à gestão urbana dos espaços públicos, na forma que vinha sendo praticada, foi entretanto assinado Protocolo com a Parque Expo – datado de 1998/09/24 – através do qual esta assumiu, provisoriamente e por conta do Município, a gestão e os encargos correspondentes. -----

----- Desde então, através de Comissões conjuntas constituídas para o efeito, vem sendo conferida a facturação apresentada, após definição de serviços e encargos a considerar. -----

----- Os critérios e metodologia foram enunciados na referida Deliberação de 2001, que referenciava um valor estimado para os anos de 2000 e 2001, posteriormente rectificado, em função de conferência de facturação e eliminação de custos antes incluídos pela Parque Expo (custos operacionais de gestão, calculados em 16,5% do total de despesa reclamada). -----

----- A facturação relativa ao ano de 2003 foi sujeita a apreciação pelos mesmos critérios, tendo-se estimado a de 2004, no que respeita ao último trimestre. -----

----- Sobre verbas não pagas incide um juro, acordado em reunião do Conselho de Administração da Parque Expo de 2002/04/22, à taxa média de cerca de 3,53%. -----

----- 2 – Acessibilidades e Expropriações -----

----- A profunda alteração das condições urbanas da área em que se desenvolveu a Exposição Mundial de Lisboa 98 e seu reordenamento subsequente, determinaram remodelação do sistema viário de acesso. -----

----- Como igualmente a criação de interface de transportes tão próximo quanto possível do local. -----

----- Uma e outra acção, importaram a disponibilização de terrenos e execução de obras, que competiria à Câmara assumir, no âmbito e limites da sua competência. -----

----- Perante não só a urgência de concretização destas acções, como a dificuldade de meios financeiros do Município, foram estabelecidos protocolos, que não só repartiram responsabilidades como estabeleceram formas de pagamentos. -----

----- Os valores globais acertados resultaram de conferência da facturação singular, por cada obra/protocolo, por consultor externo, que fez a triagem de verbas não justificadas. -----

----- Estes valores incluem custos de gestão e fiscalização, não tendo afectados custos financeiros, para além dos que decorrem de protocolos assinados, bem como juros nos termos antes referidos. -----

----- Do montante total em dívida foram deduzidas participações recebidas, bem como o valor de terrenos entregues pela Câmara, nos termos protocolados (salvo a importância correspondente à subscrição do capital social da sociedade gestora do Pavilhão Atlântico, que não foi realizada). -----

----- As obras foram acompanhadas por Técnicos municipais, que deram assentimento aos acertos de projecto e trabalhos verificados, durante a sua execução. -----

----- 3 – Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas -----

----- Os benefícios fiscais concedidos à Parque Expo, SA constam de normativo próprio (Decreto-Lei n.º 234/94 de 15 de Setembro), não estando neles incluído o benefício da TRIU. -----

----- Muito embora tal fosse de fácil constatação, gerou-se a convicção da sua não aplicabilidade, motivo porque o assunto foi objecto de algumas reuniões, que levaram à assumpção pela Empresa das verbas correspondentes a processos licenciados até à data em que cessaram os seus poderes excepcionais no que respeita a licenciamentos (1999/12/31). -----

----- Para definir as respectivas regras de incidência e face à impossibilidade de comprovação física do edificado em toda a zona de intervenção, foi constituído Grupo de Trabalho que apresentou, por análise de elementos de projecto e levantamento topográfico o apuramento da área bruta preexistente (AE na fórmula regulamentar), ponderada com coeficientes do uso existentes ao tempo da intervenção. -----

----- Perante a dificuldade de fixar de outra forma estes elementos, a interpretação feita deve constituir matriz de apreciação de projectos, tomada como valor bruto a aplicar às áreas propostas com os usos consagrados em Planos. -----

----- Acerto de contas com a Parque Expo, SA. -----

----- Anexos -----

----- 1 – Deliberação n.º 88/AM/01 -----

----- 2 – Dossier-resumo Acessibilidades/Expropriações -----

----- 3 – Apreciação sobre Acessibilidades/Expropriações -----

----- 4 – Dossier-resumo Infra-estruturas/Gestão Urbana -----

----- 5 – Lista de projectos licenciados antes de 1999/12/31 e respectiva TRIU apurada -----

----- 6 – Dossier de cálculo de “Área existente” na zona de intervenção da Expo 98 -----

----- 7 – Lista de bens a transmitir a título gratuito -----

----- 8 – Lista de bens a transmitir a título oneroso.” -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que esta proposta baixara à Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, que reuniu e emitiu o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- RELATÓRIO -----

----- “Assunto: Proposta N° 20/2005 -----

----- A Comissão Permanente de Administração Finanças e Desenvolvimento Económico, reunida no passado dia 3 de Março, analisou a Proposta N° 20/2005, enviada para aprovação pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML). -----

----- Pretende-se que a AML aceite a transferência para o Município de Lisboa da gestão urbana sobre toda a área de domínio público resultante do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo’98 e seus Planos de Pormenor. Tal transferência terá efeitos a contar de 01.01.2005 e será concretizada mediante auto de recepção, no qual os vários tipos de espaços são individualizados e caracterizados em planta, as infra-estruturas construídas devidamente identificadas, bem como o mobiliário urbano, peças de arte e equipamentos urbanos em uso e funcionamento. ----

----- Por outro lado, as várias intervenções da Parque Expo, SA, na Zona de Intervenção da Expo’98 (Parque das Nações), incluindo acessos da responsabilidade total ou parcial da Câmara Municipal de Lisboa, traduzem-se num montante de 155.054.089,57 euros, pormenorizadamente explicado no texto da Proposta 20/2005, a qual solicita também à AML que aprove aquele montante, em dívida pelo Município de Lisboa à Parque Expo, SA. -----

----- É ainda proposto que a Assembleia Municipal de Lisboa aceite que parte do pagamento do saldo em dívida possa ser satisfeito por entrega do montante da TRIU (10.580.649), relativa a todos os projectos licenciados até ao termo dos poderes excepcionais da Parque Expo, SA, fixando-se em toda a zona de intervenção para apuramento da TRIU, como valor de Área Existente (AE) um valor global bruto previamente ponderado pelos usos existentes à data da intervenção de 21%, a aplicar aos novos usos previstos em Plano. -----

----- Ouvido o Senhor Vereador da CML com o Pelouro das Finanças, Dr. Fontão de Carvalho, a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico considera: -----

----- 1. A Proposta em apreciação encontra-se bem fundamentada e suportada por anexos relevantes tendo em conta a complexidade da matéria em causa; -----

----- 2. As condições do acordo para o pagamento da dívida, feito em 36 prestações semestrais, com um período de carência de 2 anos, juros calculados à taxa EURIBOR anual, acautelam os interesses do Município, considerando também as significativas receitas provenientes das taxas que a Câmara passa a cobrar no Parque das Nações; ---

----- Face ao exposto, a Comissão considerou, por unanimidade, que a Proposta n.º 20/2005 está em condições de ser votada e aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa. Esteve ausente da reunião o Sr. Deputado Municipal representante do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que nos vários considerandos da proposta em apreciação fazia-se o historial da evolução desde a realização da Expo'98, para fundamentar a transferência para o Município de Lisboa da gestão urbana sobre a área de domínio público resultante do Plano de Urbanização na zona de intervenção da Expo'98. Até aí, tudo bem! -----

----- No entanto, impunha-se que uma situação ligada a essa fosse equacionada e solucionada, concretamente a situação dos trabalhadores afectos ao Departamento de Circulação e Tráfego, parte integrante da gestão urbana do Parque das Nações, portanto a sua situação laboral bem como as suas preocupações presentes e futuras. ---

----- Esses trabalhadores têm sido utilizados como bola de pingue-pongue, porque, por um lado, a Parque Expo dizia que a gestão urbana era competência da Câmara, e, por outro, a Câmara dizia que era com a Parque Expo. -----

----- Os trabalhadores, como já foi ali dito, eram pressionados para cessar o vínculo laboral com a Parque Expo, quer com a ameaça de despedimento, despedimento colectivo que era ilegal como se verificara em processo anterior, quer por desgaste físico e psicológico para pressionarem o habitual pseudo mútuo acordo. Isso com verbas irrisórias. -----

----- Disse que a Câmara Municipal de Lisboa desistira de uma gestão tripartida para assumir parte do Parque das Nações, incluindo a responsabilidade por esses trabalhadores que por sua vez seriam integrados na EMEL. Entretanto, a Administração da Parque Expo, em reunião com os representantes dos trabalhadores, neste caso o Sindicato do Comércio, demonstrara que o seu objectivo era rescindir com os trabalhadores a qualquer preço. -----

----- A Parque Expo e a Câmara Municipal de Lisboa têm recusado propostas concretas para integrar trabalhadores em áreas do grupo Parque Expo, nomeadamente no parque de estacionamento ou no Oceanário, optando por contratar trabalhadores de empresas externas, numa demonstração clara de falta de vontade, para não dizer de má-fé. -----

----- Depois existia uma mistificação muito grande acerca do problema. Tentava-se criar a ideia de que havia possibilidade de manter os postos de trabalho, mas que os trabalhadores é que não queriam! Isso porque a sua integração na EMEL, desacompanhada, implicaria a perda entre 26% a 33% do salário, a perda de seis anos de antiguidade e a perda do vínculo efectivo, portanto a segurança dos seus direitos. -----

----- Aquilo que os trabalhadores legitimamente pretendiam, era clarificar a situação, o que passava, inevitavelmente, por uma reunião entre as partes envolvidas: a Parque Expo, a Câmara Municipal de Lisboa e o CESP – Sindicato do Comércio. -----

----- Prosseguindo, disse que os trabalhadores não excluían o seu ingresso na EMEL, mas teria que ser de uma forma negociada encontrando uma solução ajustada que satisfizesse as partes. Também continuavam a dizer que poderiam ser colocados noutras funções e, ainda, que a Câmara Municipal de Lisboa, ao assumir a gestão urbana do Parque das Nações, iria naturalmente necessitar de meios humanos naquele espaço. Para além de aberturas de concursos públicos, externos, para ingresso de outros trabalhadores, o problema desses trabalhadores teria que ser equacionado e

resolvido. Havia uma exigência legítima que aos trabalhadores não podia ser negada: era o direito ao trabalho e o direito a ter direitos. -----

----- Repetiu que essa solução teria que passar, e passaria com certeza se houvesse vontade, pela negociação entre as partes porque só assim seria possível que este problema se ultrapassasse. Era necessária, era possível e era urgente uma solução ajustada, e gostariam que a Câmara assumisse o compromisso de fazer uma reunião conjunta entre as partes para encontrar a solução mais ajustada para o problema. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em interpelação à Mesa, propôs que os trabalhos fossem interrompidos por 10 minutos até que regressassem à Sala do Plenário os Deputados Municipais que, na sequência do lançamento das publicações, se encontravam na sala do bar a participar no Porto d’Honra. -----

----- **O Senhor Presidente** concordou com o proposto e de imediato suspendeu os trabalhos por esse lapso de tempo. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, verificada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** informou que o Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico teve que se ausentar, pelo que não podia ser feita a apresentação do Relatório referente a esta proposta, assim como o referente à proposta 42/2005, mas como já estavam distribuídos evitava-se a sua leitura. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que esta proposta, na medida em que consubstanciava o cumprimento por parte do Município de obrigações de anos transactos, era uma proposta positiva, que se saudava, e cujo resultado final também se revelava positivo. Ou seja, os termos do pagamento da regularização da dívida que o Município aí reconhecia, eram favoráveis, e isso era de enaltecer. E era também por isso que enquanto membro que integrou a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico na análise desta proposta, que desejava felicitar o Sr. Vereador Fontão de Carvalho pelo trabalho desenvolvido e pelos esclarecimentos que prestara que foram elucidativos. -----

----- Não obstante, deseja deixar três notas para o futuro, e o futuro reportava-se à execução dessas obrigações que a Câmara agora assumia. -----

----- A primeira, era que o espaço comumente identificado como Expo’98, tem sido um espaço de reconhecida qualidade na gestão dos equipamentos públicos e na qualidade de serviços que proporcionava aos seus habitantes e às pessoas que aí se deslocavam. Portanto era bom que agora, assumindo o Município de Lisboa a gestão efectiva desses espaços, se mantivesse, pelo menos, o mesmo nível de qualidade, preferencialmente para melhor, devendo ser acautelado – e isso foi referido em Comissão – o processo de transmissão de direitos e obrigações dos contratos em vigor, celebrados com as empresas que prestavam esses serviços gerais. -----

----- A segunda nota dizia respeito à forma da Câmara cumprir essas obrigações perante a Parque Expo. Previa-se o pagamento em dinheiro ou, como alternativa, a entrega de imóveis por conta da dívida, pelo que deixava um alerta ao Município: que essa prática prevista como alternativa não se transforma-se em regra. Portanto, que pudesse haver um critério balanceado de realização dos pagamentos em espécie e em dinheiro, e que esta proposta não se transformasse numa forma de alienar

indiscriminadamente património municipal. Isso prevenia-se com critérios rigorosos de gestão e de constituição de dotações financeiras para ir fazendo esses pagamentos. -

----- A terceira e última nota, a mais importante, era que seguiam e acompanhavam as preocupações ali manifestadas pelo Grupo Municipal do PCP e, portanto, os direitos que pudessem ser invocados pelos trabalhadores deveriam efectivamente ser tidos em conta e não deveriam ser secundarizados no âmbito global da execução da proposta. --

----- Eram estas as três chamadas de atenção que deixavam à Câmara Municipal de Lisboa no âmbito desta proposta, que, aliás, mereceram a unanimidade da Comissão. --

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que iriam votar a favor da proposta, mas havia um problema colateral que os preocupava muito. Têm conversado bastante com os trabalhadores da Parque Expo e gostariam que a Câmara pudesse dizer, na Assembleia Municipal, que seriam garantidos os postos de trabalho dos trabalhadores que estavam na Parque Expo. Isso era fundamental. -----

----- Para além dos problemas todos das engenharias financeiras e da resolução que estava ali colocada e que hoje era apresentada à Assembleia Municipal, o problema das pessoas que estavam lá a trabalhar e que ao longo deste tempo todo têm vivido na angústia de saber se continuavam a ser trabalhadores, quem era o patrão, quem mandava, com quem tinham contrato, se aquilo continuava ou não continuava, esse problema teria que ter solução e a Câmara, ou alguém, teria que assumir uma responsabilidade perante isso. Os trabalhadores não tinham culpa do que se estava a passar, isso era culpa da gestão, eles teriam que ficar com o futuro assegurado. -----

----- Terminou dizendo que queriam ter uma resposta clara sobre isso, porque, a não ser assim, apresentariam nova Moção à Assembleia Municipal nesse sentido. -----

----- **O Senhor Vereador Fontão de Carvalho**, no uso da palavra, disse que não lhe foram colocadas nenhuma questão directamente, mas pretendia referir-se a algumas que foram ali abordadas, nomeadamente o problema da manutenção da qualidade do espaço público, o problema da realização em espécie do pagamento pela Câmara Municipal de Lisboa à Parque Expo e também uma nota sobre os trabalhadores da Parque Expo. -----

----- Em termos da manutenção da qualidade do espaço público, disse que era óbvio que aquilo que a Câmara iria fazer era tentar manter o que estivesse bem feito, e tentar melhorar o que houvesse para melhorar, porque a questão da manutenção do espaço público do Parque das Nações nalgumas situações era posta em causa hoje em dia. ----

----- Quanto à realização em espécie, disse que o pagamento era muito longo no tempo, eram 20 anos, e pareceu à Câmara que era importante deixar esta possibilidade no contrato para que agora ou durante qualquer altura desse período de 20 anos se pudessem tomar opções sobre a forma de pagamento da dívida, fosse em dinheiro, fosse em espécie. De qualquer maneira, qualquer realização em espécie, nomeadamente através da transferência de terrenos para a Parque Expo teria sempre que ser deliberada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, portanto ficaria sempre salvaguardada a fiscalização por parte da Assembleia quanto a essa questão. -----

----- O que lhes pareceu foi que era importante deixar essa possibilidade em aberto no contrato, porque estavam a falar de um período muito longo de tempo. -----

----- Sobre a questão dos trabalhadores da Parque Expo, disse que essa matéria já foi várias vezes abordada, até na discussão em Câmara desta proposta. Já no mandato anterior a Câmara havia mostrado disponibilidade para encontrar uma solução para os trabalhadores que estavam associados à gestão urbana, num contexto que seria o da criação de uma sociedade de gestão urbana, e aí eventualmente seria mais fácil a transferência para essa sociedade, mas como não foi essa a solução definitiva que veio a ser encontrada, também já neste mandato foi sempre manifestada a disponibilidade da Câmara no sentido de colaborar para se arranjar uma solução. -----

----- No entanto, era importante que se dissesse que a responsabilidade primeira em relação a esses trabalhadores era, obviamente, da Parque Expo. A Câmara estava disponível para colaborar numa solução de transferência desses trabalhadores para qualquer empresa sua, estavam a decorrer negociações para que eles pudessem ser incorporados na EMEL, mas havia aí efectivamente uma responsabilidade financeira da Parque Expo que era preciso também levar em linha de conta. A disponibilidade da Câmara não era uma intenção, era concreta, mas como certamente compreenderiam era um problema que neste momento era complicado solucionar porque a EMEL não podia alterar todo o seu quadro de pessoal e todo o seu quadro remuneratório para poder igualar os seus trabalhadores a trabalhadores que de repente vinham de fora. ----

----- Portanto, havia determinados limites, havia determinadas condições onde isso era possível. A disponibilidade da Câmara foi no sentido de encontrar uma solução, salvaguardando mais uma vez que a responsabilidade primeira, nomeadamente a responsabilidade financeira pela resolução desses contratos, era da Parque Expo e não da Câmara Municipal de Lisboa. Mas a intenção da Câmara no sentido de arranjar uma solução para esses trabalhadores era total. Aliás, não era uma intenção mas algo de concreto visto que já estavam a decorrer negociações para que isso pudesse vir a acontecer. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu atentamente o Sr. Vereador referir a situação dos trabalhadores, mas importava clarificar uma questão. Quando o Sr. Vereador dizia que em primeiro lugar a responsabilidade era da Parque Expo, também importava referir que a transmissão da gestão de exploração, neste caso de um espaço, era da responsabilidade do adquirente. Podiam, num estado de conflito, serem solidárias as duas partes. O PCP entendia que o problema poderia não ser fácil de resolver, mas seria muito difícil de resolver de forma unilateral. -----

----- Daí o PCP propor a negociação das partes interessadas e pretender que a Câmara assumisse esse compromisso. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que esta sua intervenção sobre a matéria em debate era uma repetição de intervenções que o PS já fez sobre este problema, visto que é uma questão que os preocupava muito. Aliás, não só ao PS, porque todas as bancadas têm demonstrado uma grande preocupação com a situação dos trabalhadores, e a resposta do Sr. Vereador Fontão de Carvalho,

embora entendessem os condicionamentos em que foi feita, era uma resposta manifestamente pouco tranquilizadora. -----

----- Do ponto de vista do PS, era neste momento um dado adquirido que indo passar a responsabilidade da Sociedade Parque Expo para a Câmara Municipal de Lisboa, designadamente no que respeitava à gestão urbana e mais especificamente ao estacionamento – e era certamente aí que o Sr. Vereador se estava a referenciar quando falou da problemática da EMEL – e sobre esse ponto de vista o PS entendia que era perfeitamente razoável que uma parte desses trabalhadores que prestavam essas funções actualmente no Parque das Nações, o passassem a fazer para a EMEL. --

----- Agora, o que parecia era que se têm vindo a arrastar as negociações entre a Câmara Municipal, a EMEL e os trabalhadores, e não houve ainda um acordo sobre essa problemática. -----

----- Portanto, quando o Sr. Vereador dizia que era um problema que tinha a ver em primeira-mão com a Parque Expo, do ponto de vista do PS se calhar não seria tanto assim. Mas, independentemente de o ser, o Município tinha especiais responsabilidades e era essa posição que o PS queria ali dar a conhecer. Ou seja, do ponto de vista do PS, a Câmara Municipal era uma entidade que, obviamente, tinha uma responsabilidade acrescida no que respeitava às relações laborais, e tendo presente que iam hoje, através desta proposta, resolver um problema importante de gestão territorial do Município, importava também aquilatar a forma como estavam a defender, ou não, os interesses dos trabalhadores directamente envolvidos por este negócio, porque no fundo era disso que se tratava, e por esta regularização contratual porque também era disso que se tratava. -----

----- E era evidente para o PS que não era muito curial que o Município, enquanto tal, assumisse a posição de dizer que essa situação tinha a ver primordialmente com a outra parte, neste caso com a empresa. Isso era inaceitável para o PS porquanto assumindo a Câmara a totalidade da responsabilidade na gestão, era evidente que teria também que assumir uma parte, diria mesmo a parte maior, da responsabilidade relacionada com os trabalhadores respectivos. -----

----- Era essa posição que gostavam que o Sr. Vereador esclarecesse, porque aquilo que lhes já lhes disse foi manifestamente pouco tranquilizador. -----

----- **O Senhor Vereador Fontão de Carvalho**, novamente no uso da palavra para responder a questões que foram colocadas, disse que pensava ter ficado claro pelas palavras que anteriormente referira que a Câmara não se alheava dessa responsabilidade. Só frisara que existia aí uma responsabilidade primeira, financeira, da parte da Parque Expo porque, efectivamente, aqueles trabalhadores eram funcionários da Parque Expo. -----

----- Por exemplo, havia um desfasamento actual entre a categoria desses trabalhadores ligados ao estacionamento e aquela que poderiam vir a ter na EMEL, pelo que teria que haver uma reconversão das pessoas, teria que haver formação para que realmente se pudessem converter na função que iriam desempenhar na EMEL. ----

----- Mas apenas tinha referido essa questão da responsabilidade financeira porque para a Câmara, na defesa dos seus interesses, era importante que isso ficasse

salvaguardado. Aliás, o Sr. Vereador Vasco Franco aludira, na discussão em Câmara, a essa questão da responsabilidade financeira que a Parque Expo tinha sobre a matéria, e a Câmara tinha que defender os seus interesses também. -----

----- Portanto, a Câmara não se ia alhear, e tanto não se ia alhear que estavam neste momento negociações em curso. Houve propostas concretas, não se chegou ainda a um acordo efectivamente, mas a Câmara sempre se disponibilizou e estava disponibilizada, para se concretizar neste momento uma negociação com as partes no sentido de se conseguir arranjar uma solução. -----

----- Terminou dizendo que a Câmara assumia, obviamente, as suas responsabilidades nessa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 20/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 42/2005 – APROVAR O ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO, E DO N.º 3 DO ARTº 62º DOS ESTATUTOS DOS SSCML.** -----

----- PROPOSTA 42/2005 -----

----- “Considerando que: -----

----- - O art. 62.º dos Estatutos dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa determina que a Comissão Instaladora deve proceder à elaboração de um estudo de viabilidade económico-financeira a ser submetido à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- - O referido estudo encontra-se concluído, e constituirá um importante instrumento de apoio à futura gestão dos SSCML, reflectindo, no presente, uma imagem fiel das unidades a incorporar nesta Associação; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos da alínea b) do nº1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal tomada em 23 de Setembro de 2003, o seguinte: -----

----- Aprovar o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, e subsequente remessa do mesmo à Assembleia Municipal de Lisboa para idêntico fim, nos termos e para efeitos do n.º 3 do art. 62.º dos Estatutos dos SSCML. -----

----- (O Estudo da Viabilidade Económico-Financeira dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, junto da respectiva proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que esta proposta baixara também à Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, e que a Comissão emitiu o Relatório que a seguir se transcreve, que já foi distribuído: -----

----- RELATÓRIO -----

----- “Proposta 42/2005 -----

----- Reuniu a Comissão em 7 de Março de 2005, com a seguinte ordem de trabalhos: -

----- 1. Elaborar um parecer sobre a proposta acima referida. -----

----- A Comissão entendeu deliberar: -----

----- 1. Saudar a decisão de criação dos Serviços Sociais e desejar que tal iniciativa possa no futuro melhorar as condições de vida e de trabalho de todos os funcionários da CML. -----

----- 2. Salientar que, por falta de tempo, não foram reunidas as condições suficientes para que esta Comissão pudesse avaliar de forma mais aprofundada o documento em análise. -----

----- 3. Chamar a atenção para a necessidade de assegurar a viabilidade financeira deste projecto no médio e longo prazo, em virtude de os projectos sociais muitas vezes revestirem uma tendência de expansão não controlável dos gastos públicos. -----

----- 4. Recomendar aos futuros executivos camarários que devem . nos orçamentos anuais balizar um valor de subsídio a atribuir. Deve, em nossa opinião, ser a CML a definir o montante anual previsional a transferir para os Serviços Sociais e nunca cobrir de forma “ilimitada” os défices que porventura os Serviços Sociais possam vir a ter no futuro. -----

----- 5. Recomendar igualmente à CML a necessidade de elaborar um plano estratégico e um plano operacional de optimização dos recursos e dos custos dos Serviços Sociais. -----

----- 6. Recomendar por último, a necessidade de estes Serviços virem a dispor de um sistema de controlo interno eficaz, e que possam ser efectivamente um mecanismo de desenvolvimento de uma nova gestão pública. -----

----- Face ao exposto, a Comissão, por unanimidade (PSD, PS, PCP, CDS-PP e PPM), considera que a proposta n.º 42/05 está em condições de ser aprovada pela AML. ----- Não estava presente o representante do Bloco de Esquerda. “ -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o estudo apresentado era mais um exercício académico sobre as potencialidades de aplicação de alguns conceitos económicos, que propriamente um estudo de viabilidade económico-financeiro. -----

----- Uma das razões por que o PCP se absteve na aprovação de novos Serviços Sociais, era porque faltava, de facto, um estudo de viabilidade económico-financeiro que desse corpo à proposta, e o documento que agora era apresentado estava longe de o fazer. -----

----- De referir que das 49 páginas do estudo, as primeiras 22 eram sobre conceitos académicos generalistas e as últimas três eram biografia, restando, portanto, 24 páginas sobre os Serviços Sociais propriamente ditos. -----

----- Nessas páginas restantes não era apresentado nenhum organigrama que reflectisse a futura organização funcional dos Serviços, organização essa que ditaria muitos dos custos de funcionamento da estrutura. -----

----- Face à antiga Caixa de Previdência, os novos Serviços Sociais incorporavam as creches, os infantários e os refeitórios. Para além desses serviços o presente estudo falava ainda da criação de um centro-de-dia e lazer. Sobre as creches e infantários eram apresentados alguns valores, mas para o centro de lazer a informação era muito escassa. -----

----- Sabiam que se pretendiam desenvolver cursos de formação em artes oficinas, actividades desportivas, actividades culturais, passeios, mas este novo Serviço iria desenvolver actividades que estavam hoje a cargo do Câmara Lisboa Clube que a Câmara Municipal de Lisboa também subsidiava, pelo que havia ali uma sobreposição dessas duas estruturas, mas sobre isso nada era referido no estudo. -----

----- Fazia-se apenas referência que as receitas desse centro seriam determinadas pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento líquido declarado no IRS, estando previstos três escalões, mas sobre esses escalões também nada era referido. -----

----- Depois partiam do princípio que o centro de lazer teria 200 utentes, efectuando valores por escalão absolutamente fictícios, e os valores para os custos do centro também não tinham nenhuma fundamentação. -----

----- Relativamente aos custos com o pessoal dos serviços da Caixa, creches, infantários e refeitórios, disse que tinha que referir, em primeiro lugar, que a Direcção da actual Caixa de Previdência era apenas simbolicamente remunerada, uma parte fixa e outra em senhas de presença, sendo que os seus membros recebiam cerca de 300 euros por mês – valor médio – pelas as funções que aí desempenhavam. -----

----- Mas de acordo com os Estatutos aprovados para os novos Serviços Sociais, o Conselho de Administração seria composto por sete pessoas, duas com ordenados equiparados a Director Municipal, e cinco com ordenados equiparados a Director de Departamento. Ora, o estudo considerava que os custos do pessoal da Caixa baixavam de 2004 para 2005, bem como os custos de pessoal com os salários das unidades de educação. Só os custos com o pessoal dos refeitórios sofriam um ligeiro aumento, ou seja, os custos com o Conselho de Administração não estavam reflectidos nas contas. -

----- Disse, ainda, que sobre os funcionários municipais a trabalhar em creches e infantários, esses custos continuariam a ser suportados pela Câmara Municipal e que a actual subvenção da Câmara à Caixa de Previdência deveria manter-se. Com base nesses pressupostos, e ignorando diversos custos, os novos Serviços teriam viabilidade. -----

----- Outro custo que quanto ao PCP estava subavaliado era relativo ao pessoal médico, já que o estudo previa que o valor a pagar aos médicos por cada acto médico subisse consideravelmente. Por exemplo, por cada acto médico relativo a consultas o valor proposto para 2005 subia de 20 para 28 euros e em consultas ao domicílio o valor subia de 25,55 para 35 euros. No entanto, os custos com o fornecimento de serviços externos apenas subia 3% no estudo. -----

----- Estes, disse, eram apenas alguns exemplos que demonstravam que o estudo em causa apenas se destinava a cumprir um pró-forma legal, já que pouco ou nada acrescentava, quer em termos de organização, quer em termos de modelo económico-financeiro. -----

----- Rematou dizendo que gostariam de saber os custos desta estrutura. -----

----- **O Senhor Vereador Moreira Marques**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por referir que relativamente ao estudo de viabilidade económico-financeiro para os Serviços Sociais, tal como disse na reunião anterior, ele tinha alguma parte académica mas também uma parte com fundamentação de alguma perspectiva, o que queria dizer o seguinte. -----

----- Quem iria elaborar o Plano de Actividades e o Orçamento era, neste caso concreto, a Administração dos Serviços Sociais, que a partir daí teria os seus Plano de Actividades e Orçamento próprios para os Serviços Sociais puderem ter efectivamente viabilidade. -----

----- Relativamente ao apoio social que os beneficiários teriam em termos de assistência médica, centro de lazer e refeitórios, disse que tudo isso estava projectado para que os Serviços Sociais tivessem essas valências, e as transferências de verbas que a Câmara fazia hoje para a Caixa de Previdência obviamente seriam transferidas para os Serviços Sociais. Também era uma questão do próprio quadro dos Serviços Sociais ser dimensionado em função dos próprios Serviços Sociais. Por isso o Conselho de Administração tinha tarefas difíceis pela frente, como elaborar o Plano de Actividades e o Orçamento em articulação com a Câmara Municipal. -----

----- Não queriam que os Serviços Sociais tivessem lucro, mas queriam que fossem geridos com muito rigor em termos orçamentais. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 42/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP e do PEV, e a abstenção do BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Muito sinteticamente reafirmar aquilo que nós dissemos aqui. Não nos satisfaz, porque entendemos que é apenas um mero pró-forma este estudo que nada garante no nosso ponto de vista e, por isso mesmo, não é habito nosso darmos cheques em branco ou darmos o nosso voto como cheque em branco.” -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 96/2005 - APROVAR A CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A VALORSUL NOS TERMOS DA QUAL SERÁ ASSEGURADA A RECOLHA E A ENTREGA PELO MUNICÍPIO DE LISBOA, NA ETVO, E A RECEPCÃO PELA VALORSUL, DE RO, PROVENIENTES DA ÁREA GEOGRÁFICA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO**

N.º 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 96/2005 -----

----- “Considerando que: -----

----- A) A VALORSUL é a concessionária, em regime de exclusividade, da concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de tratamento de resíduos sólidos urbanos de Lisboa Norte, integrando os municípios de Lisboa, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira; -----

----- B) É da competência da VALORSUL a implementação do Sistema Integrado de Valorização, Tratamento e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e outros resíduos similares produzidos nos municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira; -----

----- C) No âmbito das suas competências a VALORSUL deverá, nomeadamente, promover a construção de uma Estação de Tratamento e Valorização Orgânica - alimentada pela fracção orgânica dos RSU recolhidos selectivamente - e a aquisição de viaturas e contentores específicos para a recolha selectiva da fracção orgânica dos RSU; -----

----- D) A concentração populacional nos municípios supra referidos é muito elevada apresentando os respectivos resíduos uma importante componente orgânica, provenientes do sector da restauração e cantinas associadas ao sector terciário, largamente desenvolvido na área, bem como dos estabelecimentos centrais de distribuição alimentar; -----

----- E) A Estratégia Nacional de Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis em Aterro privilegia a valorização de resíduos orgânicos, em detrimento da sua deposição em aterro. -----

----- F) A VALORSUL promoveu a realização da Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento de uma Estação de Tratamento e Valorização Orgânica; --

----- G) A Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento de uma Estação de Tratamento e Valorização Orgânica está actualmente na fase final de construção; -----

----- H) A Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (adiante designada abreviadamente por ETVO), sita no concelho da Amadora, freguesia de São Brás, destinar-se-á ao tratamento biológico da fracção orgânica dos RSU, recolhida selectivamente junto dos produtores deste tipo de resíduos; -----

----- I) Prevê-se que a ETVO venha a processar aproximadamente 40000 Mg/ano de Resíduos Orgânicos recolhidos selectivamente; -----

----- J) Neste âmbito, surge a necessidade de assegurar a entrega de Resíduos Orgânicos na ETVO, recolhidos selectivamente em alvos inseridos na área geográfica do Município de Lisboa. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1) Aprovar, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro e do Regulamento de Resíduos Sólidos de Lisboa, a celebração de um Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e a VALORSUL nos termos do qual será assegurada (i) a recolha e a entrega pelo Município de Lisboa, na ETVO, e a

recepção pela VALORSUL, de RO, provenientes da área geográfica de Lisboa; (ii) a recolha pela VALORSUL de RO produzidos em alvos objecto de recolha municipal no Município de Lisboa. -----

----- 2) Submeter o Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e a VALORSUL à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro.” -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que estava já distribuída a seguinte recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

----- **Recomendação** -----

----- “1. Considerando que o Ambiente é um bem inestimável e que exige uma luta permanente no sentido da sua defesa e, principalmente, da sua promoção; -----

----- 2. Considerando que um dos grandes problemas ambientais das cidades é o tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (R.S.U.); -----

----- 3. Considerando que Lisboa está inserida num sistema de valorização e tratamento de R.S.U. moderno e com várias soluções de tratamento. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 8 de Março de 2005, decida: -----

---- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de um Programa Integrado para a Separação, Valorização e Redução em Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos (R.S.U.) que: -----

----- - abranja TODOS os produtores de R.S.U. do concelho de Lisboa, incluindo os domésticos (o protocolo hoje discutido não contempla este tipo de produtores); -----

----- - promova a redução de R.S.U. em destino final; -----

----- - promova, de uma forma mais eficiente do que os ecopontos, a separação de R.S.U. directamente na origem; -----

----- - promova a valorização de R.S.U.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta em discussão tinha um objectivo meritório que o PCP apoiava. A recolha selectiva de resíduos sólidos orgânicos era uma medida importante e inovadora, supunha mesmo que era a primeira que se fazia com este âmbito no País e, portanto, em princípio merecia o apoio do PCP. De resto, supunha que esta proposta era já um projecto da anterior coligação de esquerda, portanto um projecto positivo a que não tinham objecções a fazer, antes pelo contrário. -----

----- No entanto, havia uma questão que lhes parecia que não estava totalmente clarificada e que por isso mesmo precisava ser melhor esclarecida, relativamente aos pontos 2 e 3 da cláusula XVII, do protocolo. -----

----- Como se sabia, exactamente porque essa questão não estava bem resolvida, o Sr. Vereador António Monteiro fez um despacho em que se comprometia que a recolha selectiva passava a ser totalmente assumida pelos serviços municipais, no prazo de um ano contado a partir da data da assinatura do protocolo. Isso queria dizer que ao fim de um ano aquilo que estava no protocolo, que era conceder à Valorsul a recolha

selectiva, que por sua vez iria subcontratar uma empresa, passaria a ser feito pelo Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, da Câmara Municipal de Lisboa. Só que um despacho era um despacho, portanto vigoraria apenas enquanto o Vereador estivesse em funções porque entrando outro Vereador esse despacho poderia ser alterado a qualquer momento. -----

----- Portanto, para total garantia que isso acontecesse entendia o PCP que seria bom que isso ficasse consignado no protocolo, o que também lhes parecia de todo possível até porque, efectivamente, se essa era intenção da Câmara a própria Valorsul teria que saber que ao fim de um ano não poderia continuar a subcontratar a empresa que fazia esse serviço. -----

----- Poder-se-ia questionar a razão porque deveria isso constar do protocolo dado que já estava previsto no n.º 2 da cláusula XVII. É que sendo certo que estava previsto não havia a tal garantia e pessoalmente não via qualquer inconveniente, pelo contrário haveria vantagem, em que isso ficasse consagrado no protocolo. -----

----- Disse, a terminar, que a Valorsul era uma empresa intermunicipal onde a Câmara Municipal de Lisboa tinha também poder de decisão, se bem que não completo, embora o protocolo fosse apenas assinado entre a Valorsul e a Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, por várias razões, entendia que uma parte desse despacho poderia ser integrado na cláusula XVII, e era justamente isso que propunha ao Sr. Vereador António Monteiro, porque de outra maneira tal condicionaria o voto do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que tinham que saudar a Câmara por esta proposta, que no entender do PEV era positiva, com todas as vantagens e potencialidades, em termos ambientais, que a recolha selectiva podia potenciar. -----

----- Ela poderia constituir um passo importante no que dizia respeito à redução de resíduos urbanos bio-degradáveis em aterro, privilegiando dessa forma a valorização de resíduos orgânicos em vez da sua deposição em aterro. -----

----- Estavam, portanto, a falar de valorização de resíduos, e se os valorizavam isso significava, na prática, que estavam a reduzir as quantidades cujo destino era certamente a respectiva deposição em aterro. Contribuíam, assim, para o cumprimento de um dos compromissos que estavam implícitos na política dos três Rs, com a vantagem de se tratar do R mais importante, o R da redução. -----

----- Pena era que, conforme se extraía do anexo dois, os produtores alvo fossem apenas produtores com uma quantidade média estimada em 70 litros, pelo menos numa primeira fase, ficando de fora os resíduos domésticos, e era por isso que o PEV iria votar a favor da recomendação apresentada pelo BE que apontava nesse sentido. --

----- Quanto à forma encontrada pelo Executivo, comungavam do Parecer apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa porque também entendiam que a actual estrutura dos serviços da Câmara tinha todas as condições e capacidades técnicas e humanas para efectuar esse serviço. Aliás, a própria Câmara reconheceu essa observação e manifestou a intenção de lhe dar cumprimento, o que fizera através de um despacho do Sr. Vereador António Monteiro e certamente iriam acolher a

proposta lançada pelo PCP no sentido de incluir no protocolo o aludido despacho, anexo ao Parecer do Sindicato. -----

----- **O Deputado Municipal João Almeida (BE)**, no uso da palavra, disse que ao BE parecia que se tratava de um projecto inovador no País, um bom projecto porque iria permitir o aumento da qualidade do ambiente. E fazê-lo em Lisboa era também muito importante porque poderia servir para o resto das Câmaras Municipais do País, muitas delas servidas por sistemas intermunicipais como o da Valorsul. -----

----- Mas estavam em crer que era preciso aumentar o âmbito deste projecto. Ele iria resolver apenas o problema dos grandes produtores dos resíduos sólidos orgânicos, e numa cidade como Lisboa todos sabiam que havia uma infinidade de munícipes que em suas casas produziam resíduos sólidos urbanos, que necessitavam de tratamento nessa estação. -----

----- No entanto, parecia-lhes que o protocolo tinha mecanismos que poderiam conduzir a uma boa solução e a um bom funcionamento dos serviços. -----

----- O que preocupava o BE neste momento era que já tinham nas pastas qual a fatia de recolha de recolha de resíduos sólidos orgânicos que iria ser efectuada pela Valorsul e não sabiam ainda qual iria ser a fatia dos mesmo resíduos que iria ser recolhida pela Câmara, e era disso que se tratava porquanto era referido no protocolo que era necessário que os serviços da Câmara aumentassem a sua capacidade de recolha de modo a permitir que no futuro, que conforme o despacho do Sr. Vereador António Monteiro se pretendia de um ano, se pudesse ter o serviço da Câmara a fazer a recolha de todos os resíduos sólidos orgânicos. -----

----- Nesse sentido, o BE apresentou uma recomendação porque achavam que através de um plano integrado que promovesse a valorização dos resíduos sólidos orgânicos, que promovesse a sua separação na origem e que abrangesse todos os produtores do Concelho de Lisboa, nisso incluindo os domésticos, e que promovesse a redução dos resíduos sólidos urbanos em destino final, este plano era necessário para efectivamente conseguirem resolver os problemas dos resíduos sólidos em Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador António Monteiro**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que conforme foi ali referido esta era uma iniciativa com interesse para toda a cidade, e também foi dito que era uma iniciativa inovadora, ou seja, que não havia experiência anterior e tinham uma estação de tratamento e valorização orgânica que iniciara o seu funcionamento recentemente e para o qual o Município de Lisboa queria também contribuir com os resíduos produzidos na cidade. -----

----- Era evidente que não havendo uma experiência anterior, a Valorsul comunicara à Câmara o interesse em garantir, quer a qualidade, quer a quantidade desses resíduos orgânicos, e, por isso, não havendo certezas quanto àquilo que eram os produtores, propôs que para além do Município poder fazer recolha que também essa recolha pudesse ser feita, através de uma autorização por parte do Município de Lisboa, por uma empresa privada. -----

----- Aliás, já hoje havia empresas privadas que faziam recolha de resíduos na Cidade de Lisboa e isso dependia apenas de autorização da Câmara. Este protocolo veio à Assembleia porque tinha muito mais do que isso, e sendo ele a execução de outros

protocolos anteriores com a Valorsul, era importante que a Assembleia Municipal, que aprovara esses protocolos, aprovasse também o protocolo de execução neste caso específico da estação de tratamento de valorização orgânica. -----

----- Este protocolo tinha matérias que se referiam, por exemplo, à questão da tarifa, como tinha matérias que se referiam nomeadamente àquilo que era a duração desse mesmo protocolo. E a duração do protocolo estava prevista que fosse de cinco anos, sendo certo que dependendo daquilo que viesse a ser a experiência era possível ao Município de Lisboa terminá-lo mais cedo. Mas era uma prerrogativa do Município, uma prerrogativa, se assim quisessem, da Câmara. A negociação que veio a criar essa cláusula, concretamente a cláusula XVII, permitia que em resultado dessa avaliação, ao fim de seis meses fosse possível rever e, caso o entendesse, terminar o protocolo. Portanto, a autonomia de gestão dessa matéria era do Município e o protocolo garantia isso mesmo. -----

----- Depois, tinham outra questão que era saber se estava o Município em condições, ou não, de produzir aquilo que eram as quantidades a que neste momento se estava a comprometer a produzir, e foi ali indagada a listagem dos produtores que ficavam a cargo do Município. Desses produtores, como era evidente, já tinham a listagem, sendo certo que não fazia parte do protocolo porque era uma prerrogativa do Município alterar esses produtores. A competência para a remoção de resíduos sólidos urbanos era do Município de Lisboa e a competência para o tratamento e a valorização desses mesmos resíduos era da Valorsul e fazia parte de uma concessão que foi debatida e votada na Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, a listagem existia, e existia, como era evidente, com quantidades estimadas. Havia, no entanto, um elemento que não era possível garantir que era a qualidade dos resíduos porque não dependia da qualidade dos serviços da Câmara mas daquilo que eram os produtores, ou seja, os restaurantes, as cantinas, os mercados, etc., que eram os produtores, e para saberem se havia uma efectiva separação e uma efectiva garantia de qualidade, só poderiam saber quando o sistema começasse a funcionar. -----

----- Nesta altura, os dados que tinham, tal como os dados da Valorsul, eram literalmente zero, ninguém tinha dados, pelo que a primeira coisa que havia a fazer era iniciar esta experiência e que ela pudesse ser avaliada, e a partir de determinado momento poder ser assumida pelo Município. -----

----- Este, disse, era o objectivo que constava do seu despacho. Percebia aquilo que era a preocupação do PCP, que, no fundo, era uma matéria que se prendia com várias reuniões que já teve com o Sindicato em que o Sindicato dizia que a Câmara tinha capacidade, e reconhecia que era possível que através da reorganização de serviços que houvesse essa recolha, não dizia que tivessem capacidade para tudo nomeadamente meios porque seria sempre necessário fazer algum reforço, de qualquer maneira reconhecia essa capacidade, mas teriam que ser cautelosos porque estavam a falar de uma matéria que não dependia apenas do Município, e não dependo apenas do Município mas sim dos produtores teriam primeiro que ter esta experiência. -----

----- Por outro lado, questionava se deveria ficar no protocolo aquilo que era a orientação que definira em despacho para os serviços da Câmara, porque, quanto a si não! E dizia que não porque não fazia sentido que o protocolo, que não era com o Sindicato mas com a Valorsul, obrigasse a Câmara a pressupor uma determinada avaliação, que como disse ao Sindicato iria ser também medida e tratada com ele, a amarrar a Câmara à Valorsul e que isso eventualmente poderia defender melhor aquilo que era a lógica do Sindicato. Essa entendia que não era a melhor forma de fazer as coisas. -----

----- Mas acrescia uma outra questão. Havia uma orientação que era dada e que assumia enquanto Vereador responsável pelo Pelouro, mas, como era evidente, não era eterno e havia eleições. Pessoalmente garantia que se fosse Vereador do Pelouro no futuro a orientação seria essa, mas o povo de Lisboa era livre de decidir que não fosse assim. Todos sabiam que tinha que ser feita uma avaliação séria, o próprio Sindicato sabia disso, e aí contavam com o apoio dos trabalhadores da Câmara para provar que era possível cumprir esse objectivo das 6.500 toneladas e que era possível ir mais longe. -----

----- Portanto, a orientação que pretendiam, dentro de três meses após o início deste processo, era fazerem uma avaliação, conversarem com o Sindicato, verem qual o caminho que tinham e tentarem cumprir o objectivo. Essa era a sua orientação, e realmente achava que não fazia sentido que se amarrassem à Valorsul em termos daquilo que era uma orientação que deveria ser feita. -----

----- Quanto à recomendação feita pelo BE, disse que a recolha selectiva porta a porta foi iniciada pela actual maioria. A separação de resíduos foi iniciada através dos ecopontos, depois tiveram a noção – como também constava da recomendação – que a quantidade de matéria para reciclagem recolhida através dos ecopontos de certa forma atingira aquilo que era o limite, portanto necessitavam de ir mais longe e daí avançar-se para a recolha selectiva porta a porta. -----

----- Mas era evidente que isso tinha que ser feito pouco a pouco porque era preciso fazer o diagnóstico casa a casa para saberem se conseguiam fazer a recolha com três contentores separados ou não, e a pouco e pouco foram avançando conseguindo progressos significativos. Por exemplo, todo o bairro dos Olivais já tinha recolha selectiva, o Bairro Alto também já tinha, enfim existiam várias zonas já com esse trabalho implementado e pouco a pouco a Câmara ia avançando justamente porque em primeiro lugar era preciso fazer-se o diagnóstico das condições de cada casa para que depois se pudesse optar pelo modelo de recolha selectiva que promovesse a reciclagem que todos pretendiam. -----

----- De qualquer das formas, esse era um objectivo que, embora iniciado pela actual maioria, deveria ser continuado porque era um objectivo para toda a cidade, e todos tinham interesse que a reciclagem aumentasse para que a qualidade de vida na cidade melhorasse. -----

----- Por fim, disse que a estação de tratamento e valorização orgânica tinha uma determinada capacidade e não servia apenas o Município de Lisboa, pelo que começavam pelos maiores produtores de resíduos e tentariam face àquilo que viesse a

ser a recolha obter a maior quantidade possível, sendo certo que não poderiam nunca ultrapassar aquilo que era a capacidade de estação. Para isso fariam esta experiência, iam ver como corria e, a partir daí, trabalhar no sentido de melhorar as condições de qualidade de vida na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Vereador levantara dúvidas quanto à viabilidade do projecto, dizendo que ao fim de seis meses far-se-ia a avaliação e a Câmara até podia tomar a decisão de não levar por diante a iniciativa porque isso não seria rentável porque a recolha dos resíduos sólidos urbanos poderia não ser suficiente, e como tal era preciso encontrar soluções para essa questão. -----

----- Ora, se o Sr. Vereador tinha tantas dúvidas sobre o projecto, e este era um projecto que sem dúvida nenhuma teria que ir para a frente, não se entendia que estivesse já em fase final de construção a estação de tratamento. É que se realmente a quantidade não fosse suficiente teriam que ter outras soluções como a recolha em maior número de locais, além de que os outros concelhos com certeza também iriam acrescentar. -----

----- Esse era um problema que para si não estava em causa, mas o Sr. Vereador focara-o pondo muitas dúvidas. Naturalmente ao fim de seis meses teria que se fazer a avaliação para ver se seria necessário recolher noutros pontos, mas isso não estava em causa, como não estava em causa a continuação do projecto porque então seria um contra-senso. -----

----- Disse, depois, que sobre aquilo que referira na sua intervenção anterior o Sr. Vereador respondeu que não queria amarrar a Câmara e a Valorsul a um contrato! Mas o que era um protocolo? Um protocolo era um contrato onde as partes consignavam os deveres e as suas responsabilidades! -----

----- Portanto, propôs, em nome do PCP, que fosse incluído esse ponto e realmente não via que ele não pudesse ser incluído, tanto mais que o Sr. Vereador reconhecia desde já que ao fim de um ano a recolha passaria a ser feita pelos serviços da Câmara, e referiu que não queria, como Vereador, comprometer a Câmara para o futuro. -----

----- O que estava em causa era que havia o risco do início de uma privatização. O Sindicato tomara uma posição sobre essa matéria mas não era isso que estava a discutir, estava apenas a defender a posição do PCP e também os interesses da população de Lisboa. -----

----- Era esse risco que estava em causa e que entendiam que deveria ficar consignado no protocolo. O Sr. Vereador dizia que não queria assumir essa responsabilidade, e o PCP perguntava por que não! Se a Assembleia o assumisse por que era que não ficava isso consignado no protocolo? -----

----- Portanto, não via que a argumentação do Sr. Vereador, neste caso, fosse impeditiva disso ficar consignado, mas se não ficasse o PCP iria abster-se, embora concordando inteiramente com o projecto, projecto esse que, aliás, a coligação de esquerda acarinhava e iria implementar. Tinha mérito a actual maioria, mas isto não era mais do que a sequência do que estava anteriormente programado pela coligação de esquerda. -----

----- **O Senhor Vereador António Monteiro**, novamente no uso da palavra, disse que ia procurar ser mais claro porquanto lhe parecia que alguns aspectos da sua anterior intervenção não teriam sido entendidos. -----

----- Disse, então, que quando falara naquilo que era uma experiência da qual não tinham conhecimento porque tinham que a fazer primeiro, era porque havia ali dois elementos que eram importantes: a quantidade e a qualidade dos resíduos. Qualidade significava que os resíduos não poderiam ser contaminantes acima de 5% ou acima de 11% conforme fossem molhados ou secos. E isso era importante porque não tinham essa experiência, o que significava que tendo a Câmara assumido esse compromisso das 6.500 toneladas nesta altura, teriam que fazer um esforço para aumentar a quantidade e a qualidade dos resíduos. Portanto, primeiro tinham que saber o que era que ia surgir no terreno para fazerem a seguir esse esforço. -----

----- Referiu que quando procurara explicar que não fazia sentido introduzir o conteúdo do seu despacho no protocolo, era justamente porque o protocolo permitia fazer aquilo que constava do despacho, e entendia que nas relações entre o Sindicato e a Câmara não se deviam meter entidades terceiras. As relações eram entre a Câmara e o Sindicato e não metia nos assuntos entre o Sindicato e a Câmara a Valorsul. Essa era a razão fundamental por que dizia que isso não deveria constar do protocolo. -----

----- Aliás, não lhe passava pela cabeça, como não passava pela cabeça de ninguém, fazer uma privatização ou o que quer que fosse dos serviços, através de uma entidade terceira, mesmo que fosse a Valorsul! Essa era matéria da competência da Câmara e da Assembleia Municipal, e nunca seria através de um protocolo deste género ou de outro qualquer, ou qualquer prestador de serviços, que alguma vez se faria a privatização de serviços da Câmara. -----

----- De resto, já hoje havia empresas privadas que operavam em determinadas áreas no Município de Lisboa recolhendo resíduos, nomeadamente nos grandes produtores, e esse era um aspecto muito específico que não contendia directamente com os direitos de nenhum trabalhador e onde faziam questão que o Município de Lisboa estivesse desde o início. Mas meter nas relações entre o Município e o Sindicato a Valorsul é que não! Por isso mesmo, é que se o protocolo no seu clausulado previa que podiam fazer aquilo que constava do seu despacho, entendia que não fazia sentido introduzir o despacho. -----

----- Terminou dizendo que teve uma conversa com o Sindicato, assumiu um compromisso, e, como era evidente, ninguém ali colocava em causa certamente aquilo que era o esforço que o Município ia fazer para cumprir esse compromisso. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 96/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PEV, PPM e BE, e a abstenção do PCP. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação a recomendação apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- PONTO 4 – VIAGEM A BEIJING E MACAU - PROPOSTA DE DELEGACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA COMPOSTA PELOS MEMBROS DA MESA. -----

----- PROPOSTA -----

----- - “Considerando que, a Assembleia Municipal de Lisboa foi convidada pela Assembleia Municipal de Beijing para realizar uma visita à Cidade Capital da República Popular da China; -----

----- - Considerando que, a Assembleia Municipal de Lisboa atribui a maior importância à divulgação da Cidade de Lisboa como destino turístico e de realização de eventos e às suas relações internacionais no quadro da UCCLA, de que a Região Administrativa Especial de Macau faz parte; -----

----- Considerando que a Associação de Turismo de Lisboa manifestou interesse em participar nesta visita, com a integração de associados seus, a custos próprias, na delegação da Assembleia Municipal de Lisboa, propondo mesmo a realização de Workshops com o trade de Beijing e de Macau na área do Turismo; -----

----- Considerando que, da avaliação de custos efectuada, se estima em 15.000 Euros o custo global desta deslocação. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária, realizada no dia 8 de Março de 2005, delibera: -----

----- 1 – Aprovar a realização de uma viagem a Beijing e Macau, durante o mês de Maio do ano em curso, em cumprimento do convite formulado pela Assembleia Popular Municipal de Beijing, sendo a delegação da Assembleia Municipal de Lisboa constituída pelos membros da Mesa; -----

----- 2 – Aprovar a integração na comitiva das empresas, Martes Turismo Portugal, Portugal Travel Team, Intervisa, Veja e Osiris, associadas da Associação de Turismo de Lisboa, a expensas próprias, promovendo-se as diligências necessárias para a realização de Workshops com o Trade de Beijing e de Macau na área do Turismo; ----

----- 3 – Alargar o convite para participação nesta viagem à UCCLA, na pessoa do seu Secretário-Geral.” -----

----- **O Senhor Presidente** começou fazer a introdução da proposta dizendo que no dia 4 de Janeiro esta matéria foi amplamente debatida na Assembleia, o Grupo Municipal do PS pôs a questão do Orçamento não ter sido aprovado com o argumento que levantaria problemas com a realização da viagem. Depois, ouvida a Mesa, ele próprio propôs em Conferência de Representantes a redução da viagem para uma semana e de viajarem apenas os membros da Mesa em representação da Assembleia Municipal, honrando, assim, o compromisso assumido na Conferência de Representantes com excepção do BE que desde o início se manifestou contra. -----

----- Entretanto, os Srs. Deputados Municipais tinham na sua posse um memorando que lhes dava conta da realização de uma reunião da Conferência de Representantes com o Sr. Presidente da UCCLA, Prof. Carmona Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e com o Secretário-Geral dessa mesma instituição, onde houve uma troca de impressões extremamente positiva e um compromisso por parte do Sr.

Presidente da UCCLA no sentido de passar a cooperar com a Assembleia Municipal na matéria da representação externa do Município. -----

----- Por outro lado, estava também na posse dos Srs. Deputados Municipais uma carta do Sr. Presidente da Associação de Turismo de Lisboa, que dava nota que cinco operadores associados manifestavam interesse em participar na visita, entendendo a Associação que a Delegação da Assembleia deveria propor aos seus interlocutores, em Pequim e Macau, a organização de *workshops* com os operadores locais. -----

----- Hoje mesmo, em discussão na Conferência de Representantes, foram preparadas as linhas fundamentais de uma proposta, proposta essa já distribuída, que tinha três pontos em que se dizia, na parte final, “alargar o convite para a participação nesta viagem à UCCLA na pessoa do seu Secretário-Geral”. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que sobre a última proposta vinda à Assembleia relativamente à deslocação de uma Delegação da Assembleia Municipal à China, na altura composta pelos membros da Mesa e pelos líderes das diversas bancadas, teve oportunidade de se manifestar abertamente contra essa deslocação, na medida em que ela representava uma despesa perfeitamente inútil para o Município já que não trazia a mínima mais-valia para a Assembleia e principalmente para a Cidade de Lisboa. Era, portanto, uma viagem perfeitamente inútil. -----

----- Agora, olhos nos olhos, com todo o à-vontade que o caracterizava, desejava dizer que a viagem continuava a ser uma viagem inútil, uma viagem sem qualquer tipo de interesse, e o que se referia nomeadamente quanto à promoção turística não fazia sentido porque, como era sabido, a promoção turística internacional estava a cargo do Instituto de Turismo de Portugal e não a cargo de outra qualquer entidade. -----

----- Portanto, essa deslocação, supostamente incluindo um ou dois operadores turísticos, não tinha qualquer tipo de estrutura activa e consistente no terreno que pudesse depois criar sinergias em termos de promoção turística, porque – estava presente o Sr. Vereador do Turismo que sabia isso tão bem quanto ele – não se fazia promoção turística só porque se ia à China, só porque eventualmente alguém se deslocava lá e falava com A e com B. Tinha que ser consistente, tinha que ter organizações locais que fizessem a recepção, tinha que haver *workshops*, tinha que haver seminários, portanto tinha que haver comunicação até em termos de linguística com folhetos na língua natal do País onde se fazia a promoção. -----

----- Disse que trabalhou em turismo durante muitos anos, era matéria em que estava à vontade e, portanto, isso era um *fait divers* que para a Assembleia não teria grande interesse. -----

----- Por conseguinte, havendo, como não podia deixar de ser, liberdade de voto na bancada do PSD sobre esta matéria, desde já declarava que era abertamente contra esta deslocação. E o ser abertamente contra não tinha nada contra as pessoas que eventualmente estivessem disponíveis e achassem que era correcto e desejável esta deslocação. Não tinha nada contra as pessoas que compunham a Mesa, tinha todo o respeito pelo Sr. Presidente, mas achava que neste caso houve má gestão do próprio Sr. Presidente durante todo o processo. Portanto, criara-se aí algum imbróglio que

pudesse, no espírito de alguns, justificar que já não havia alternativa se não fazer a viagem por força daquilo que eram alguns compromissos assumidos anteriormente, mas pessoalmente entendia que o maior compromisso que ali tinham e aquele que deviam respeitar era o compromisso com os cidadãos de Lisboa, e esse compromisso, se a deslocação se fizesse sobre o pretexto que estava explanado não era correcto. -----
----- Portanto, era esse o principal compromisso que tinham, e era por esse compromisso que votava contra a proposta. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que na reunião da Assembleia Municipal em que se discutiu a deslocação de uma Delegação à China, tiveram oportunidade de a ouvir e de ver a posição que então demonstrou porque votou contra essa deslocação. -----

----- Hoje, Dia Internacional da Mulher, por coerência com as suas posições assumidas nessa altura e por coerência com aquilo que defendia, pois defendia a interrupção voluntária da gravidez, a pedido da mulher, até às 12 semanas, não aceitava que a Assembleia Municipal fizesse uma visita oficial a um país que, independentemente de não respeitar os direitos dos trabalhadores, não respeitava o direito à vida, porque sendo ela, como disse, a favor da interrupção voluntária da gravidez, não era a favor que se matassem crianças só porque nasceram mulheres. -----

----- Isso era inaceitável e por isso não votava a proposta e ia abandonar a Sala, tal como a sua camarada, Deputada Municipal Irene Lopes. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o ponto em discussão era para o BE um sinal de que valia a pena lutarem na Assembleia Municipal, já que passaram de uma proposta apresentada em Conferência de Líderes para a ida de uma Delegação à China composta por 12 pessoas durante cerca de 15 dias e que não tinha qualquer objectivo político partidário nem sequer objectivo económico para a Assembleia, para uma proposta que hoje podia ter algum sentido já que eram apenas três pessoas, a Mesa naturalmente, e com o objectivo de tentar divulgar o turismo e com oito dias para visitar duas cidades. -----

----- Portanto, aquilo a que chamaram, ironicamente, de viagem de finalistas da Assembleia Municipal de Lisboa, deixou de ser como tal para passar a ter princípio, meio e fim. E, desse ponto de vista, a crítica que então fizeram naturalmente a retiravam. -----

----- Mas tinham as outras críticas que fizeram quando não aceitaram receber o Presidente da Assembleia Popular de Beijing. Ou seja, continuavam com a mesma posição vertical de que para o BE não haver partidos no Iraque era igual a não haver partidos na China; era tão grave haver fuzilamentos no Iraque nas praças públicas, como era grave haver fuzilamentos na China em praças públicas; era tão grave assassinar-se no Iraque como era grave os tanques passarem por cima de jovens na Praça de Tian aumen e até hoje ainda não haver julgamento dos responsáveis por isso. -----

----- Portanto, aceitando que há relações de Estado e que tem que haver relações institucionais entre as instituições, enquanto partido político, que queria assumir posições, o BE não votaria favoravelmente a proposta porque queria tomar uma posição pública que continuasse a pressionar a China para que pudesse ser um país de

liberdade, de democracia, porque sem isso não entendiam o socialismo e muito menos o comunismo. -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, submeteu à votação a continuação desta Sessão por mais uma reunião, tendo a Assembleia deliberado aprovar a continuação, por unanimidade. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** disse que na primeira Conferência de Líderes em que esta matéria foi abordada esteve presente, e na altura dera a sua anuência para que se tratasse desta matéria. E quanto ao incluir os representantes da Associação de Turismo de Lisboa, ele próprio, enquanto Presidente da Associação, entendera que indo uma Delegação da Assembleia Municipal poderia fazer todo o sentido fazer-se acompanhar por alguns agentes económicos de forma a complementar aquilo que tinham sido as intenções manifestadas anteriormente pela Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente**, a propósito da acusação de má gestão da situação, disse que receberam uma delegação na Conferência de Representantes, com excepção do BE desde o início, que aliás nem sequer quis participar na tal reunião, a Conferência aceitou o convite que então lhe foi formulado, depois houve compromissos com a Embaixada chinesa e pelo menos ele honrava-se de cumprir a sua palavra. Foi educado assim e, portanto, tem trabalhado neste sentido: cumprir a palavra dada. -----

----- Depois, constatando a não existência de quorum, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 29 de Março, pelas 15 horas, tendo esta matéria como ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . --

----- O PRESIDENTE -----